



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – DEF

SIDNEY ROCHA DE MELO

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: dialogando com professores de
Educação Física**

São Cristóvão/SE

2019

SIDNEY ROCHA DE MELO

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: dialogando com professores de
Educação Física**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em Educação Física, da
Universidade Federal de Sergipe, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciado em Educação Física.

Orientador: Professor Dr. José Américo
Santos Menezes

São Cristóvão/SE

2019

SIDNEY ROCHA DE MELO

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: DIALOGANDO COM
PROFESSORES DE EDUCACAO FISICA**

Monografia aprovada como requisito para obtenção do
título de Licenciado no curso de Educação Física da
Universidade Federal de Sergipe.


Prof. Jose Americo Santos Menezes - Orientador

Profa. Dra. Roselaine Khun – Membro convidado


Prof. Me. Dagoberto de Oliveira Machado – Membro convidado

São Cristóvão, 11/03/2019

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo principal refletir sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e descrever sobre o que pensam alguns professores de Educação Física do estado de Sergipe acerca desta proposta. No plano metodológico, trata-se de uma pesquisa educacional com abordagem qualitativa de cunho descritivo, utilizando-se como instrumento de produção de dados um questionário semiestruturado com dez professores de Educação Física da rede pública do estado de Sergipe. Após as análises e discussões dos dados produzidos, as principais constatações foram: a maioria dos professores pesquisados não veem a base como prioridade principal na atual conjuntura do sistema educacional brasileiro, por entender que há outras demandas que precisam ser tencionadas. No tocante as expectativas em relação à BNCC, a maioria dos professores entendem a padronização dos conteúdos, proposta na base, como ponto positivo. Sobre as instituições de ensino, as mesmas realizaram ações para a disseminação das informações e debates sobre a BNCC de forma tímida, não favorecendo o acompanhamento e debate crítico do processo de criação e implantação, dificultando o acompanhamento do processo de criação e implantação da base. Diante deste contexto, ressaltamos que a pesquisa ajudou a refletir sobre as políticas públicas educacionais e as formas como são construídas e implantadas, advindas de uma construção histórica e com isso muito dos que irão operacionalizá-las de forma direta essas políticas ficam receosos. O que nos aclama para um perfil docente que participe e faça parte dos processos de construções das políticas educacionais, acompanhando os rumos da nossa educação.

Palavras-chave: base curricular; educação física, professor.

ABSTRACT

The present research had as main objective to reflect on the National Curricular Common Base (BNCC) and to describe what some Physical Education teachers in the state of Sergipe think about this proposal. At the methodological level, this is an educational research with a descriptive qualitative approach, using as a data production tool a semi-structured questionnaire with ten Physical Education teachers from the public network of the state of Sergipe. After analyzing and discussing the data produced, the main findings were: most of the teachers surveyed do not see the base as a main priority in the current situation of the Brazilian educational system, since there are other demands that need to be considered. Concerning expectations regarding BNCC, most teachers understand the standardization of content, proposed at the bottom, as a positive point. Regarding educational institutions, they carried out actions to disseminate the information and debates about the BNCC in a timid manner, not favoring the monitoring and critical debate of the creation and implementation process, making it difficult to follow the process of creation and implementation of the database. Given this context, we emphasize that research has helped to reflect on educational public policies and the ways in which they are constructed and implemented, coming from a historical construction and with that many of those who will directly operationalize them, these policies are afraid. What brings us to a teaching profile that participates and is part of the processes of construction of educational policies, following the direction of our education.

Keywords: curricular basis; physical education, teacher.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Objetivo Geral	8
1.2 Objetivos Específicos	8
2. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: percurso histórico	11
3. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: consensos e dissensos.....	17
4. A EDUCAÇÃO FÍSICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	24
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
5.1 Tipo de Pesquisa	42
5.2 Sujeitos da pesquisa	43
5.3 Instrumento de pesquisa	44
5.4 Procedimentos de produção dos dados	44
6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	46
6.1 Acompanhamento da proposta e implantação da BNCC	46
6.2 O Componente curricular Educação Física na BNCC	48
6.3 Posicionamentos sobre a proposta curricular da BNCC	52
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	61

1. INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que representa uma política educacional pública de estado prevista na nossa Constituição Federal de 1988 e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, tendo assim o seu respaldo legal para a sua construção e implantação. O debate envolvendo uma base comum ganha em 2015, uma força de tamanha grandeza com a proposta da BNCC. Promovida pelo Ministério da Educação (MEC) e estando dentro das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). A BNCC traz consigo um conjunto mínimo de direitos e objetivos de aprendizagens e desenvolvimentos para cada área de conhecimento da educação básica.

Mediante as situações políticas das mais impactantes que o nosso país passou por esses últimos anos e no momento em que a base é apresentada pelo governo federal, ocorreram neste mesmo tempo, uma série de episódio no contexto político e econômico do país que concorreram com a apresentação do documento da BNCC, tornando a discussão sobre a base do ponto de vista nacional algo menor, o que minimizou os holofotes para a base. É uma pena que esse tema não tenha recebido atenção necessária em âmbitos nacionais e regionais.

Apesar do quadro exposto acima, a preocupação com os anseios e as expectativas que se possam trazer um documento de tamanho impacto nos currículos escolares, despertaram os interesses de autores e instituições ligadas à educação em que se propuseram a fazerem análises e reflexões sobre a base. Assim pesquisas de autores como Freitas (2017); Lopes (2014); Melo (2014); Macedo (2014); Martineli (2018); Martins (2018); Moreno (2016); Veroneze *et. al.* (2016); Neira e Souza Júnior (2016); Neira (2018); entre outros, e as instituições como a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED, 2015) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2017) fez-me entender o quanto é relevante refletir sobre essa política pública educacional, visto que somos nós professores que iremos operacionalizar a referida proposta curricular.

Para tanto na condição de acadêmico do curso de Educação Física, tendo em vista que os debates realizados pela universidade sobre a base foram um pouco tímidos, sendo que tais informações e discussões são de suma importância para nossa formação acadêmica e por entender a forte implicação que a BNCC

representa em termo de política educacional. Debruçamo-nos na tentativa de refletirmos sobre a base, já que percebemos, de modo geral, no contexto sergipano no tocante as Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, a ausência ou a não participação das mesmas de forma mais calorosa em relação aos debates em torno da base.

Diante dos poucos debates sobre a base e considerando a seriedade desta temática, resolvemos então indagar sobre o estado de conhecimento de alguns professores de Educação Física em relação à BNCC. Portanto, formulamos as seguintes indagações de pesquisa: os professores de Educação Física que atuam na Educação Básica da rede pública do Estado de Sergipe acompanharam o debate em torno da construção da base e participaram ativamente das consultas públicas? Os mesmos são favoráveis à criação e implantação da BNCC?

Diante destas indagações, tivemos como objetivo de pesquisa, conhecer e refletir sobre a BNCC, bem como, identificar o estado de conhecimento de alguns professores de Educação Física sobre a referida base curricular.

1.1 Objetivo Geral

Identificar o que pensam os professores de Educação Física que atuam na Educação básica do estado de Sergipe acerca da Base Nacional Comum Curricular.

1.2 Objetivos Específicos

- Conhecer e refletir sobre a Base Nacional Comum Curricular para o componente curricular Educação Física.
- Descrever as ações das escolas e secretarias de educação no tocante a transmissão das informações e realização de debates sobre a Base Nacional Comum Curricular.
- Verificar os posicionamentos dos professores do componente curricular Educação Física em relação à Base Nacional Comum Curricular.

Para cumprirmos com tal objetivo de pesquisa, nos valem de uma pesquisa educacional com abordagem qualitativa de cunho descritiva, na qual

construímos um questionário estruturado contido de sete questões e contamos com a participação de dez professores da rede pública do estado de Sergipe.

Entendemos que uma pesquisa ainda que breve sobre este assunto tornasse relevante na tentativa de aproximação com a temática que está sendo pauta na educação brasileira e com isso nos possibilitando acompanhar os rumos atuais da educação nacional, ajudando a ter ideia e a construção de posicionamento acerca da BNCC. Como também contribuir para a ampliação desse debate nos cenários educacionais, destacando a sua importância para a transmissão das informações sobre as políticas públicas, nesse caso a BNCC. Isso favorece a nossa formação porque nos ajuda a não só entender, como também irmos construindo nossa identidade docente.

O presente trabalho, portanto está organizado da seguinte forma: uma Introdução que é esta que acabamos de apresentar; um primeiro capítulo onde trazemos a discussão conceitual e o percurso institucional sobre a base; um segundo capítulo em que mostramos um debate em torno do consenso e dissenso sobre a BNCC a partir das instituições da sociedade civil que representa a educação; um terceiro capítulo onde mostramos uma breve análise e contextualização do texto responsável pela Educação Física.

Em seguida, apresentamos o percurso metodológico. O tipo de pesquisa realizada, os sujeitos participantes, os instrumentos e procedimentos de produção dos dados.

Em sequência, apresentamos os dados produzidos na investigação. Sendo categorizados em três blocos: O primeiro Bloco - Acompanhamento da proposta e implantação da BNCC, foi composto por perguntas que buscaram identificar a existência de ações por parte das instituições de ensino que fomentasse o acompanhamento e debates sobre a BNCC. O segundo Bloco – O componente curricular Educação Física na BNCC, tendo como objetivo conhecer o estado de conhecimento dos professores acerca das implicações da BNCC para o componente curricular Educação Física. O terceiro e último bloco – Posicionamentos sobre a proposta curricular da BNCC, e teve o propósito de identificar o posicionamento favorável ou desfavorável do professor acerca da BNCC.

As considerações finais elencam as principais constatações do estudo apresentando uma análise geral da pesquisa, destacando os pontos de suma importância abordados pelos professores pesquisados, bem como algumas

considerações a respeito da temática em questão, a Base Nacional Comum Curricular.

2. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: percurso histórico

Neste capítulo apresentaremos alguns dos aspectos históricos que se fazem necessários para o entendimento do que levou à construção de uma Base Nacional Comum Curricular no Brasil, perpassando por normatizações e amparos legais de extrema importância para análise e a culminância de um documento que representa uma política pública universal, englobando todo o país e sistemas educacionais.

Para falarmos sobre uma base curricular comum, é preciso percorrer um percurso histórico, com o intuito de entender o contexto que levaram as tais mudanças, relacionando as políticas públicas do nosso país com o compromisso de garantir para a sociedade uma educação de qualidade e que alcançasse de forma mais equiparada todos os cidadãos brasileiros, universalizando a educação pública, com uma base comum.

Como explicita Moreno (2016), no período pós-ditadura, a sociedade brasileira abriu espaço para uma redemocratização, ganhando agora outras possibilidades de compreensão do papel do estado, repensando os seus programas curriculares, os quais levariam o país para um ambiente democrático, que desejava ser alcançado. Tal objetivo passou a repercutir em vários segmentos da sociedade, especialmente nas entidades e instituições ligadas à educação, cujo teor motivacional estaria nas provocações e análises da construção de uma demanda escolar que iria se refletir na sociedade. Tais mudanças foram fundamentais para a reconstrução do cenário sociopolítico, ganhando aparato normativo, começando com a tão sonhada Constituição Federal em 1988.

O primeiro amparo legal que sustenta a base é a nossa atual Constituição Federal de 1988 a qual elenca em seu texto de carta magna, normas que a União, Estados e Municípios devem cumprir para atender as demandas da sociedade, inclusive educacionais. Construir uma base curricular comum é uma das normas imposta pela constituição, ficando registrado no capítulo III que fala da Educação, da Cultura e do Desporto, em seu artigo 210, o qual dispõe da “implantação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, assegurando uma formação básica comum e o respeito dos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” (CF – 5/10/1988).

Porém pensar em uma normatização deliberada por uma “democracia”, de que trata uma política pública universal, nos fazem refletirmos sobre se é mesmo possível à criação de uma lei afastada dessa política universal e vertical? Se desde o nosso nascedouro, e nesse caso de já termos sido colônia de um país monárquico, e que tradicionalmente há uma hierarquia com interesses próprios, ficando à margem do pensar nas singularidades regionais, da complexidade que é formada essa nação, exercendo assim um totalitarismo nas deliberações de suas decisões. Agregando também ao nosso marco histórico, já termos passado por ditaduras com consequências perversas, ocasionando por muitas das vezes uma apatia pelos assuntos de interesses coletivos e do bem comum.

Em seguida, outra normatização de suma importância para o cenário educacional brasileiro, a lei nº. 9394-1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) – significando em suas diretrizes a expressão Base Nacional Comum em seu artigo 26, com o seguinte texto:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (LDB, 1996, p. 19)

De acordo com Macedo (2014) apesar de ser ter uma nova LDB, as políticas educacionais seguiram favoráveis à centralização curricular, ressaltando que essas políticas públicas, historicamente tendem a serem “pensada” verticalmente e hierarquicamente, inclusive com mecanismos de avaliações para a sua implantação e regulação visando garantir uma educação de qualidade e igualitária para todos os grupos sociais brasileiros, em que na oportunidade foi criado, logo em seguida, o Parâmetro Curricular Nacional (PCN), sendo definido por um conjunto de documentos que servirá de orientação para os currículos escolares da educação básica e posteriormente foi criado também o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNI) de 1998. Em 2000 foram criados os PCN do Ensino Médio, os quais serviriam de orientação para a construção do curricular escolar desse nível de ensino.

Conforme Veroneze *et al* (2016) em meio a esses contextos de debates e discussões sobre o que deveriam ser ensinado no ambiente escolar, conferências dirigidas pelos órgãos educacionais exaltam cada vez mais a importância de se ter uma base comum, objetivando uma educação igualitária para toda a sociedade.

Já na primeira década do século XXI, na Conferência Nacional de Educação, foi incorporada a ideia de ser ter uma base curricular comum, como cita Veroneze *et al.* (2016)

No ano de 2010, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) delegou à União o dever de organizar e regular a educação de qualidade, mostrando a necessidade de criar uma base nacional comum na legitimação da CF, assegurando uma educação básica igualitária. (VERONEZE, *et al.* 2016, p. 5).

O Ministério de Educação (MEC) através de pesquisas detalhadas, analisando as propostas curriculares até então produzida, inicia em 2014 o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já explicitada na CF88 e também na LDB96, a qual deve substituir os PNC e RCNI, tornando-se uma proposta desafiadora e sendo a referência das propostas curriculares municipais e estaduais, das redes privadas, como também fazendo parte dos projetos pedagógicos das escolas ou assim é pretendido pela BNCC.

Vale ressaltar que uma política pública vista como um projeto de nação, mesmo sendo uma política de governo, as pessoas ou entidades responsáveis por sua elaboração alimenta a proposta com suas respectivas visões e noções de educação e mundo. Tendem então a seguir por um caminho que mais se aproxima dos seus ideários.

Destacamos também que em paralelo à construção da BNCC, o Brasil passou por um processo de mudanças políticas que afetaram diretamente as decisões tomadas e os rumos que a lei seguiu, gerando uma formação que supra seus interesses, adequando ao modelo de sociedade que se pretendem alcançar. Fato interessante que nos fazem refletirmos e ficarmos atentos são as eventuais mudanças dos ministros da educação, os quais passaram os nomes de: José Henrique Paim, Cid Gomes, Renato Jaime Ribeiro, Aloizio Mercadante, Mendonça Filho e o Ministro Rossieli Soares da Silva.

Continuando com os trâmites para construção da BNCC, a mesma se deu articulada a outra normatização aprovada pelo Congresso Nacional no dia 24 de julho de 2014, a Lei n. 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE elenca vinte metas a serem cumpridas dentro do setor educacional. Dentre essas metas, destacamos a meta sete, tendo a seguinte pretensão de

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do

ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio. (BRASIL, 2014, p. 31)

Ainda sobre essa meta o MEC esclarece:

A elevação da qualidade da educação básica, em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, tem adquirido importância central na última década, tendo em conta a garantia do direito à educação, a melhoria da qualidade de vida da população e a produção de maior equidade e desenvolvimento econômico-social do País. A qualidade da educação vincula-se aos diferentes espaços, atores e processos formativos, em seus distintos níveis, etapas e modalidades educativas, bem como à trajetória histórico-cultural e ao projeto de nação, que, ao estabelecer diretrizes e bases para o seu sistema educacional, indica o horizonte jurídico normativo em que a educação se efetiva como direito. (BRASIL, 2014, p. 31)

Para assegurar essa qualidade na educação básica, conforme Neira e Souza Júnior (2016), o MEC em maio de 2015, convida 116 pessoas para participarem da elaboração da primeira e segunda versão da BNCC. Os professores de educação básica foram indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Ficando em sua composição de especialistas grupos subdividido por níveis/ciclo de ensino em suas respectivas áreas, as quais se apresentam no documento como Área de Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte, Educação Física), Área de Matemática (Matemática) Área de Ciências da Natureza (Ciências, Biologia, Física, Química), Área de Ciências Humanas (História, Geografia, Ensino Religioso, Filosofia, Sociologia) e a Educação Infantil.

Segundo Neira e Souza Júnior (2016) o processo de construção da BNCC perpassa também pelo caráter participativo em que versões foram apresentadas a sociedade, através de consultas públicas no *site* do MEC, a fim de levantar discussões para melhor entendimento e esclarecimento da proposta, eclodindo em diversos pareceres, de diferentes entidades educacionais, de diferentes áreas de conhecimento.

Entre outubro de 2015 e março de 2016 o MEC disponibilizou a primeira versão da BNCC para consulta pública, recebendo de acordo com o MEC (2016) mais de 12 milhões de contribuições de vários segmentos da sociedade civil e científica, as quais foram sistematizadas por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

De acordo com o próprio MEC (2016) tais contribuições subsidiaram a elaboração da segunda versão da BNCC, essa por sua vez publicada em maio de 2016, passando por um processo de debate e seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação em todas as unidades federativas, sob a coordenação do Consed e da Undime.

Os seminários ocorreram em todos os estados brasileiros entre 23 de junho e 10 de agosto de 2016, nos quais participaram mais de 9 mil professores, gestores, especialistas e entidades de educação, dando encerramento ao ciclo de consultas da segunda versão.

Nesta segunda versão, a BNCC elenca uma série de políticas nacionais, que ao longo da história da educação brasileira, se tornam pilares para alcançar o objetivo de se ter uma educação de qualidade e igualitária para todos. Quatro políticas nacionais decorrem da BNCC – Política Nacional de Formação de Professores, Política Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais, Política Nacional de Avaliação da Educação Básica e Política Nacional de Infraestrutura Escolar – seguindo ramificações para garantir as condições que geram a qualidade na Educação Básica, como está explicitado em seu texto

As quatro políticas que decorrem da BNCC a Política Nacional de Formação de Professores, Política Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais, Política Nacional de Avaliação da Educação Básica e Política Nacional de Infraestrutura Escolar – articulam-se para garantir as condições que geram a qualidade na Educação Básica, ou seja, o direito de aprender e de se desenvolver dos/das estudantes da Educação Básica, acolhidos em sua diversidade e em uma perspectiva inclusiva. (MEC, 2016, p. 26)

Após término dos prazos para consultas e contribuições, relatórios feitos por especialistas brasileiros e inclusive de outros países, foram anexados aos relatórios do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e encaminhados ao Comitê Gestor da Base Nacional Comum Curricular e Reforma do Ensino Médio, instituído pela portaria MEC nº 790/2016.

O Comitê Gestor é “responsável (entre outras atribuições) pelas definições e diretrizes que orientaram a revisão da segunda versão, e também a indicação dos especialistas que redigiram a versão final da BNCC”. (BRASIL, 2017)

A terceira versão (versão final) foi complementada e revisada, sendo que em abril de 2017 foi entregue nas mãos do Conselho Nacional de Educação pelo ministro da educação Mendonça Filho. O CNE elaborou parecer e projetos de

resolução sobre a BNCC, os quais foram encaminhados ao MEC e seguiram os trâmites para a sua homologação.

Para tanto, o Conselho Nacional de Educação, a qual dispõe a lei n 9131/95, promoveu audiências públicas nas cinco regiões do país podendo ser acompanhadas pelo *site* www.cnebncc.mec.gov.br, as quais seguiram o cronograma para as audiências: na cidade de Manaus no dia 07 de julho de 2017; em Recife no dia 28 de julho de 2017; na cidade de Florianópolis no dia 11 de agosto de 2017; em São Paulo no dia 25 de agosto de 2017 e por último na cidade de Brasília no dia 11 de setembro de 2017.

No dia 20 de dezembro de 2017 a BNCC foi sancionada e de acordo CNE a revisão dos currículos deve acontecer em 2019 com prazo máximo para 2020.

No próximo capítulo apresentaremos os posicionamentos favoráveis e desfavoráveis de algumas instituições e pessoas com relevância no cenário educacional brasileiro.

3. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: consensos e dissensos

Para falarmos sobre políticas públicas, entendemos necessário destacar que por se trata de um país democrático, essas devem ser abertas ao debate. E ao fazer isto, há um acolhimento da necessidade dos diferentes olhares sobre essas políticas, e principalmente no caso da BNCC não poderia ser diferente, uma vez que se trata de um tema tão estratégico para uma nação com as características do Brasil, que é o tema da educação.

Considerando também que a educação brasileira dada a sua dimensão, tem peculiaridades e especificidades que precisam ser observadas. Tendo um conjunto de instituições e de intelectuais da educação que precisam ser observados e consultados, ao mesmo tempo em que querem se posicionar.

Neste contexto em que a base é posta, nós assistimos na sociedade brasileira um conjunto de posicionamentos a favor e um conjunto de posicionamentos que tencionam a necessidade de implantação da base, que é o que nós vamos apresentar. Começaremos pelas instituições e/ou grupos sociais que argumentam a favor da BNCC.

Um dos principais argumentos que sustenta a construção da BNCC é o seu caráter legal, ou seja, de que está previsto na Constituição Federal de 1988 e reforçada também na LDB/96 a ideia de se ter uma base curricular que venha a garantir uma melhora na qualidade da educação em todo o país. Sobre esse aspecto, Melo (2014) expõe que agora através de uma lei, todos os alunos terão acesso a uma base comum, independente das diferenças regionais e sociais, ou seja, que em um país tão diverso como o nosso se possa ter uma garantia de que todos os alunos tenham acesso a uma base comum, na tentativa de se alcançar a equidade na educação nacional através dessa política pública educacional.

Para Lima (2018) a BNCC tem como objetivo garantir que toda criança brasileira, independente de onde ela nasça, possa ter acesso a um conhecimento considerado essencial ao seu desenvolvimento, ou seja, por sermos um país muito diverso e de grande expansão territorial é preciso assegurar que todos os alunos tenham direito a uma educação básica essencial para o seu desenvolvimento. Atribuindo assim transparência ao que deveria ser de fato ensinado como essência em uma escola, sendo que o sentido maior de se ter uma base é ter a clareza no que a criança precisa aprender.

O Ministério da Educação (2017) destaca a participação democrática na construção da BNCC como um ponto positivo, recebendo mais de 12 milhões de contribuições, envolvendo sugestões, críticas e análises através do *site* da BNCC após a disponibilização da 1ª versão. Sugestões essas que culminaram na 2ª versão, considerando um salto qualitativo entre as versões e importante no processo democrático da construção de uma política educacional.

Outro ponto positivo na BNCC destacado por Neira e Souza Júnior (2016) é que o estado passa a ter mais participação nas definições das propostas curriculares públicas. Diferenciando dos currículos das escolas brasileiras que estão à mercê de entidades como por exemplo a mídia e empresas, que venham a atender os interesses particulares de determinados grupos sociais. O estado através da sua política educacional pública irá assegurar que todos os alunos tenham o mesmo direito de aprender os mesmos conteúdos.

Conforme Perez (2017), a BNCC irá promover um compromisso ético com a aprendizagem para todos e que os professores terão a oportunidade de planejar suas aulas de acordo com as aprendizagens a serem conquistadas na educação básica. Tendo agora uma referência nos currículos nacionais, com parâmetros em que possam seguir para tais desenvolvimentos.

Depois de elencar os argumentos favoráveis a partir desses grupos e instituições da sociedade civil sobre a defesa de se ter uma base comum, é importante considerar aqueles que pensam diferentes e que têm os seus argumentos contrários à implantação e à necessidade da existência da base.

Antes de falarmos dos argumentos desfavoráveis ao documento da BNCC, ressaltamos que esses por sua vez foram produzidos em maior quantidade, já que várias pessoas e entidades ligadas à educação se mobilizaram em analisar criticamente tal proposta curricular. Apontando vários aspectos que precisam ser estudados e pensados mais cuidadosamente, os detalhes minuciosos não podem ser ignorados, tornando-se fundamentais nesse processo de construção e mudanças na educação brasileira. Demonstrando a preocupação e os debates dos autores e autoras para com as políticas públicas educacionais que irá influenciar nas propostas curriculares das escolas, como também na formação de professores.

Adentrando nos posicionamentos desfavoráveis à base, Lopes (2014) nos alerta sobre um aspecto bastante intrigante quando se fala em educação. Para a professora antes que se possa chegar ao processo de alfabetização, algumas

necessidades básicas e emergentes precisam ser supridas e nos questiona sobre o esforço e investimento empenhado na construção e implantação da BNCC. A professora completa também que seria de melhor proveito utilizar esse tempo, esse pensar, esse investimento financeiro e direcionar para as questões mais básicas do ser humano, como por exemplo, um ambiente que favoreça o aprendizado e condições mais dignas dos professores, entre outros. Passando a ideia de que esses elementos estruturantes e essenciais já estão superados, que o nosso país pode então avançar sobre esses aspectos, pois o mesmo já os cuidou e agora estamos prontos para outra etapa, a de criar outra política pública. Deixando assim uma reflexão do nosso atual momento social.

Sobre esse argumento, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2015) destaca a importância de outras políticas que precisam caminhar lado a lado com a base para assegurar melhores condições para o desenvolvimento do trabalho docente e pedagógico. Conforme exposto

Seguindo na trajetória de mais investimentos para as escolas públicas, fato é que para se atingir os pressupostos curriculares, ora propostos, outras políticas precisam caminhar *pari passu* com a base nacional curricular, de forma sistêmica, entre elas, a que garanta o acesso e a permanência de todas as crianças e jovens nas escolas, bem como o financiamento necessário para assegurar, em todos os 5.570 municípios, independente da rede de ensino, escolas limpas, bem equipadas e seguras, com profissionais capacitados, remunerados dignamente e com plenas condições para desenvolverem projetos pedagógicos à luz dos princípios da autonomia escolar e de transmissão dos saberes – e sempre conectadas com os anseios sociais de suas comunidades. (CNTE, 2015 p.3)

A Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), por meio de um dos seus grupos de trabalho e com o apoio da Associação Brasileira de Currículo (ABdc), elaboraram um parecer crítico no ano de 2015 e elencam nove pontos de análise os quais debruçaremos logo a seguir.

O primeiro ponto se pauta na diversidade *versus* uniformização, segundo o parecer (ANPED, 2015) a centralização imposta por uma base nacional é contrária à diversidade presente nesse país multicultural e de grande extensão, desconsiderando as realidades locais, conforme exposto

Na BNCC, a tendência proposta para a formação humana é a modelização, a homogeneização por meio da acentuação dos processos de administração centralizada, ignorando as "realidades locais", suas especificidades, possibilidades e necessidades, buscando produzir identidades serializadas e eliminando as diferenças. (ANPED, 2015, p. 1)

Tal centralização restringiria outras formas de se pensar a educação, ficando somente pautada em uma educação cujo foco seria os conteúdos, não abrindo espaço para inclusive outras culturas, com outros valores, como por exemplos uma educação que privilegia as artes músicas, artes manuais e artesanais.

O segundo ponto destacado pela ANPED (2015) é o Nacional como homogêneo: um perigo para a democracia. Defendendo que as diversidades sociais, culturais e econômicas existente no Brasil, exige uma flexibilidade na norma curricular, o que seria incompatível com uma base nacional comum idêntica para todos, conforme o texto

[...] qualquer proposta curricular precisa considerar as adversidades e diversidades locais – de ordem étnica, cultural, social, política e econômica – e individuais, relativas a interesses e capacidades de aprendizagem, e aos direitos de respeito aos conhecimentos construídos antes e fora da escola, para além dos direitos de aprendizagem de conteúdos prescritos fora do universo social dos alunos e organizados sem levar em conta que estes são, e precisam ser, sujeitos de suas aprendizagens. As desigualdades, diferenças e a diversidade social, cultural e econômica existentes no Brasil exigem, portanto, flexibilidade na norma curricular. Essa flexibilidade é incompatível com a definição de uma base nacional comum idêntica para todos [...] (ANPED, 2015, p. 2).

Destacando também que há interpretações diferentes do mesmo conteúdo a ser ensinado, ou visões de realidades distintas que proporcionam entendimentos relevantes à formação do(a) aluno(a).

O terceiro ponto está nos entendimentos do Direito à Aprendizagem, para a base esse direito é concebido apenas na escolarização pautada nos conteúdos, reduzindo o direito à educação no direito à aprendizagem. Conforme

[...] se aprender é preciso, é fundamental reafirmar que a educação não se esgota em aprendizagem. E aprendizagem não se esgota em uma lista de conteúdos ou em metas formais, inclui processos individuais e sociais desenvolvidos e vivenciados “ao longo da vida”. (ANPED, 2015, p. 3).

O quarto ponto destacado pela ANPED (2015) é o de que Conteúdo não é base, que uma educação somente orientada nos conteúdos definidos por especialistas em diferentes áreas de conhecimento desconsidera as lutas epistemológico-políticas e sociais que se têm entre os diferentes significados que lhe são atribuídos em seus diferentes contextos sociais e culturais. Expondo uma lógica presente na base em que a seleção de conteúdos é tida como capaz de dar conta do planejamento curricular, excluindo muito outros conhecimentos possíveis de serem ditos e necessários de serem tratados.

No quinto a ANPED (2015) explicita a omissão das críticas sobre os países internacionais que optaram por uma base comum, já que a BNCC também foi construída com respingos das experiências de outros países. Até mesmo porque pensar em uma política pública que irá unificar os currículos escolares tendo como ponto de referências outras realidades, outros conceitos, outras necessidades, não é garantia de que dará certo tal proposta.

Em seu sexto ponto a ANPED (2015) trata da gestão democrática *versus* responsabilização, ressaltando um padrão nas políticas padronizadas de cima para baixo comprometendo com a gestão democrática definida na LDB96 e pelo Plano Nacional de Educação, conforme o parecer

A adoção dessas políticas padronizadas de cima para baixo deixa pouca ou nenhuma margem de manobra para a definição dos projetos político-pedagógicos com planejamento participativo das ações e currículos escolares, na medida em que promovem a parametrização pelo mínimo obrigatório dos currículos das escolas e as hierarquizam de acordo com seus resultados. (ANPED, 2015, p. 5).

A BNCC propõe a utilização de testes censitários como instrumento para a meritocracia, esse é o sétimo ponto apresentado pela ANPED (2015) com a contribuição do Professor Luiz Carlos de Freitas, desconsiderando as possibilidades específicas do processo de ensino-aprendizagem nos diferentes contextos sociais, culturais e econômicos. Correndo o grande risco de se ter nas avaliações uma visão superficial de uma boa educação, em que resultados serão mais importantes do que os processos consequentes da aprendizagem.

O oitavo ponto conforme a ANPED (2015) está na Desqualificação do trabalho docente: unificação curricular e avaliação externa, nos alertando sobre a divisão entre planejadores e executores, implicando na valorização dos pensadores da base em detrimento dos seus executores (os professores), desvalorizando o papel do educador em simples repetidor para atender a interesses particulares e mercadológicos.

O último ponto exposta pela ANPED (2015) se pauta na Metodologia da construção da Base: pressa, indicação e indefinição. Chamando a atenção agora para a forma como se deu o processo de construção da BNCC, guiada pela pressa e pela indefinição das etapas. Com isso os prazos são antecipados e debates necessários são deixados de lado, fortalecendo os conteúdos já definidos, ficando

limitado aos seminários e audiências públicas em que não há uma discussão sobre as colocações que merecem as suas devidas atenções.

Freitas (2016) chama a atenção para um aspecto bastante relevante quando se têm uma padronização nos conteúdos, ou pelo menos de 60% como está previsto na BNCC que irão compor os currículos das escolas brasileiras e também das produções dos livros didáticos que irão suprir a demanda desses conteúdos. Que seria uma educação voltada para esses conteúdos padronizados, esquecendo os 40% a ser definidos pela própria escola de acordo com as suas singularidades. E como haverá uma certa cobrança para a obtenção de notas por parte das avaliações, os livros didáticos compostos com aqueles 60% dos conteúdos serão homogeneizados em todos os níveis e etapas do ensino. Concomitantemente a uma grande valorização das avaliações, há também uma perda da autonomia do trabalho docente e da escola, mesmo que esse seja cabível de diferentes interpretações, sendo moldado para que metas sejam alcançadas.

Outro argumento desfavorável à BNCC bastante questionado por Freitas (2016) é o modo como se foi construída e quais interesses ou a quem essa base privilegiará. Expondo as perspectivas de uma visão empresarial sendo esse o ponto de partida para a construção da base, preferindo uma possível solução em curto prazo, voltada para os conteúdos, distanciando dos debates necessários para se pensar então em uma base nacional comum curricular, culminando assim no que o autor chama de indústria da educação. Nessa concepção, os cursos de formações docentes também serão influenciados pelas avaliações verticalizadas, afinal o professor cuja instituição formadora não lhe ofereça condições para melhor trabalhar os conteúdos previstos por uma base será visto como insuficiente diante dos resultados, tanto para a escola quanto para o país. E aí é onde corre o risco do tempo e esforço que seria para a diversidade prevista pelos 40% sejam direcionados para a preparação dos conteúdos da avaliação.

Preocupado com o sistema de avaliação estandardizada, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2015) afirma ser inadmissível diante das diversidades do país

É essencial que a proposta de base nacional não tome todo o espaço dos conteúdos a serem trabalhados pelas escolas (e cobrado nos testes nacionais), pois assim ela corre sério risco de tornar-se a “totalidade” ou o “objetivo central” do processo de aprendizagem escolar, o que seria inadmissível diante das diferenças étnicas, raciais e socioculturais que

predominam num país de extensão continental como o Brasil. (CNTE, 2015. p. 3)

Esta discussão não se trata simplesmente de ser a favor ou contrário a base, mas é um debate que pede um nível de reflexão do conhecimento histórico da realidade brasileira e do futuro da educação do país, pedindo também um amadurecimento conceitual e reflexivo sobre nossas políticas públicas.

Na sequência, apresentaremos o capítulo de que trata das especificações da Educação Física no texto da BNCC.

4. A EDUCAÇÃO FÍSICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Neste capítulo apresentaremos os trâmites nos quais se fez necessário para a produção do texto que representa a Educação Física enquanto componente curricular na Base Nacional Comum Curricular, como também as especificidades desta área de conhecimento e suas pretensões como componente curricular na educação básica.

Começamos expondo um breve olhar de dentro dos bastidores feito por Neira e Souza Júnior (2016) desse processo, em que os mesmos participaram da construção da primeira e segunda versão da BNCC, fazendo parte do grupo responsável pela edição do texto que representa a nossa área de conhecimento.

A elaboração da proposta curricular inicia com a leitura e discussão de outros documentos que se tornaram importante na história da educação brasileira

A partir da leitura e discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), das pesquisas sobre os currículos estaduais e da realização de seminários em que foram apresentadas e discutidas experiências curriculares internacionais, chegou-se a um termo do texto que deveria ser produzido. Algo, até então, inexistente no país: um material abrangente o suficiente para propiciar a identificação de diferentes grupos e realidades e que pudesse orientar a elaboração de propostas curriculares. (NEIRA; SOUZA JÚNIOR, 2016, p. 193)

Sendo organizados em segmentos, área e componente, os profissionais que trabalharam na elaboração das duas primeiras versões da BNCC formaram duplas, quartetos ou grupos maiores, com o objetivo de “elaborar os textos de concepção de área, do componente, elaborar os objetivos de aprendizagem e os alinhamentos transversal ou longitudinal” (NEIRA e SOUZA JÚNIOR, 2016). Resultando assim em um documento que passou por tramitações e processos – leitura aberta para a comunidade acadêmica - como expomos no primeiro capítulo e que se deu a oportunidade devido às inúmeras análises e contribuições recebidas, de se chegar a uma avaliação quantitativa. Os objetivos da Educação Física alcançaram a média 8,0 em termos de aprovação.

Conforme Neira e Souza Júnior (2016) esse processo de construção da primeira e segunda versão da BNCC tem-se como ponto positivo para o documento, visto que houve contribuições de diferentes pessoas e instituições ligadas à educação. E que essas contribuições foram analisadas e debatidas pela equipe final composta por duas coordenadoras, quatorze assessores e cento e oito especialistas.

Adentramos agora nas ramificações e nos desdobramentos que se seguem no componente curricular da Educação Física na BNCC, visto que segundo Neira e Souza Júnior (2016) os fundamentos que apresentam o componente atende aos expostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, configurando a Educação Física na área de linguagens.

Entretanto Neira e Souza Júnior (2016) ressaltam a BNCC como somente ponto de partida para elaboração ou revisão de orientações curriculares estaduais, municipais ou da iniciativa privada.

Juntos com os componentes curriculares da Língua Portuguesa, Arte e no Ensino Fundamental dos anos finais, Língua Inglesa. A área de linguagens tem por finalidade possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificada, permitindo ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas e os seus conhecimentos sobre essas linguagens, dando continuidade às experiências vivenciadas na Educação Infantil (BRASIL, 2017).

A versão final da BNCC expõe uma breve contextualização da importância das linguagens na vida humana

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos. (BRASIL, 2017, p. 61)

Em relação à concepção de ética, de política e estética presente na BNCC, Martineli *et. al* (2016) afirma que as mesmas, respondem a um conjunto de reformas e de ações políticas nos vários segmentos sociais, para garantir uma formação com a finalidade de disseminar valores e princípios necessários ao modelo de organização social vigente e às necessidades de reestruturação produtiva.

Outro ponto analisado por Martineli *et. al* (2016) é o momento político, social e econômico que passa o país em paralelo a construção da BNCC, vinculado a um princípio estético de fruição e de desenvolvimento do potencial criativo. E que em tempos de crise, o desenvolvimento da subjetividade e da capacidade criativa é almejada, propiciando ao indivíduo a capacidade de criar e recriar novos produtos e produções. Tendo a educação escolar papel de fundamental importância para cumprir tais objetivos e pretensões.

Continuando com a análise feita por Martineli *et. al* (2016) sobre as duas primeiras versões da base, afirma que a concepção de Educação Física e as bases do seu ensino foram alicerçadas e disseminadas nos anos 90 predominantemente em uma perspectiva sociológica/fenomenológica por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, das Diretrizes Nacionais e agora com a Base Nacional Comum Curricular. E ainda

A predominância desta concepção fenomenológica/sociológica pode ser explicada a partir da análise do contexto histórico e político e da proliferação da ideologia neoliberal e se expressa no âmbito da produção científica, convergente com essa ideologia, seus princípios e orientações. Desse contexto emergiu, disseminou e ganhou força a compreensão da educação física centrada no sujeito e na subjetividade humana, como a concepção apresentada na BNCC. (MARTINELI *et. al*, 2016, p. 81)

A Educação Física enquanto componente curricular e perspectivada na área de Linguagens têm o seu objeto de “trabalho” exposto na BNCC à cultura corporal de movimento, o que significa “promover para os estudantes atividades didáticas que auxiliem a ler e produzir as manifestações culturais corporais, concebidas como textos e contextos constituídos pela linguagem corporal”. (NEIRA; SOUZA JÚNIOR, 2016, p. 196).

O documento da BNCC ressalta a Educação Física como componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, e que o movimento humano está inserido no âmbito da cultura e nas aulas as práticas corporais devem ser entendidas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Com a pretensão de assegurar aos alunos um conjunto de conhecimentos que permitam “ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas” (BRASIL, 2017, p. 211).

As práticas corporais propiciam uma dimensão de conhecimento e experiências aos quais os alunos não teriam de outro modo, conforme exposta na versão final da BNCC

Cada prática corporal propicia ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências aos quais ele não teria de outro modo. A vivência da prática é uma forma de gerar um tipo de conhecimento muito particular e insubstituível e, para que ela seja significativa, é preciso problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos e significados que os grupos sociais conferem às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento. Logo, as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção. (BRASIL, 2017, p. 212)

As práticas corporais engloba na BNCC um total de seis unidades temáticas categorizada em: Brincadeiras e jogos; Esportes; Ginásticas; Danças; Lutas e Práticas corporais de aventuras. Abrangendo todo o Ensino Fundamental, dividindo em anos iniciais e finais – do 1º ao 9º ano, já que o Ensino Médio não foi contemplado na versão da BNCC devido à reforma do Ensino Médio.

A BNCC trás uma breve síntese das pretensões de cada unidade temática, com a ressalva de que essa categorização não tem o objetivo de universalidade, por se tratar de um entendimento possível sobre as denominações das manifestações culturais tematizadas na Educação Física Escolar. Conforme a BNCC

A unidade temática Brincadeiras e jogos exploram aquelas atividades voluntárias exercidas dentro de determinados limites de tempo e espaço, caracterizadas pela criação e alteração de regras, pela obediência de cada participante ao que foi combinado coletivamente, bem como pela apreciação do ato de brincar em si. Essas práticas não possuem um conjunto estável de regras e, portanto, ainda que possam ser reconhecidos jogos similares em diferentes épocas e partes do mundo, esses são recriados, constantemente, pelos diversos grupos culturais. Mesmo assim, é possível reconhecer que um conjunto grande dessas brincadeiras e jogos é difundido por meio de redes de sociabilidade informais, o que permite denominá-los populares. (BRASIL, 2017, p. 212)

Por sua vez, a unidade temática Esportes reúne tanto as manifestações mais formais dessa prática quanto as derivadas. O esporte como uma das práticas mais conhecidas da contemporaneidade, por sua grande presença nos meios de comunicação, caracteriza-se por ser orientado pela comparação de um determinado desempenho entre indivíduos ou grupos (adversários), regido por um conjunto de regras formais, institucionalizadas por organizações (associações, federações e confederações esportivas), as quais definem as normas de disputa e promovem o desenvolvimento das modalidades em todos os níveis de competição. No entanto, essas características não possuem um único sentido ou somente um significado entre aqueles que o praticam, especialmente quando o esporte é realizado no contexto do lazer, da educação e da saúde. Como toda prática social, o esporte é passível de recriação por quem se envolve com ele. (BRASIL, 2017, p. 213)

Na unidade temática, Ginásticas, são propostas práticas com formas de organização e significados muito diferentes, o que leva à necessidade de explicitar a classificação adotada³⁸: (a) ginástica geral; (b) ginásticas de condicionamento físico; e (c) ginásticas de conscientização corporal. (BRASIL, 2017, p. 215)

Por sua vez, a unidade temática Danças explora o conjunto das práticas corporais caracterizadas por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, muitas vezes também integradas a coreografias. As danças podem ser realizadas de forma individual, em duplas ou em grupos, sendo essas duas últimas as formas mais comuns. Diferentes de outras práticas corporais rítmico-expressivas, elas se desenvolvem em codificações particulares, historicamente constituídas, que permitem identificar movimentos e ritmos musicais peculiares associados a cada uma delas. (BRASIL, 2017, p. 216)

A unidade temática Lutas focaliza as disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário. Dessa forma, além das lutas presentes no contexto comunitário e regional, podem ser tratadas lutas brasileiras (capoeira, huka-huka, luta marajoara etc.), bem como lutas de diversos países do mundo (judô, aikido, jiu-jítsu, muay thai, boxe, chinês boxing, esgrima, kendo etc.). (BRASIL, 2017, p. 216)

Por fim, na unidade temática Práticas corporais de aventura, exploram-se expressões e formas de experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador. Algumas dessas práticas costumam receber outras denominações, como esportes de risco, esportes alternativos e esportes extremos. Assim como as demais práticas, elas são objeto também de diferentes classificações, conforme o critério que se utilize. Neste documento, optou-se por diferenciá-las com base no ambiente de que necessitam para ser realizadas: na natureza e urbanas. As práticas de aventura na natureza se caracterizam por explorar as incertezas que o ambiente físico cria para o praticante na geração da vertigem e do risco controlado, como em corrida orientada, corrida de aventura, corridas de mountain bike, rapel, tirolesa, arborismo etc. Já as práticas de aventura urbanas exploram a “paisagem de cimento” para produzir essas condições (vertigem e risco controlado) durante a prática de parkour, skate, patins, bike etc. (BRASIL, 2017, p. 216-217)

Para a BNCC (BRASIL, 2017, p. 218), a organização das unidades temáticas se baseia na compreensão de que o caráter lúdico está presente em todas as práticas corporais, ainda que não seja a finalidade da Educação Física escolar, e que os alunos ao brincar, dançar, jogar, praticar esportes, ginástica ou prática de aventura, para além da ludicidade, se apropriam das lógicas intrínsecas a essas manifestações, como também trocam entre si e com a sociedade suas representações e significados.

Neira e Souza Júnior (2016) também expõem como o ser humano é culturalmente influenciado, demonstrado que o corpo é uma construção cultural. Não havendo uma forma universal natural de dançar, lutar, brincar, fazer ginástica ou praticar esporte e que cada gesto utilizado é elaborado e apropriado pelo grupo social interessado no seu cultivo.

A BNCC delimita as habilidades em oito dimensões do conhecimento, sendo eles: Experimentação; Uso e apropriação; Fruição; Reflexão sobre a ação; Construção de valores; Análise; Compreensão e Protagonismo comunitário. Segue o texto na íntegra de cada dimensão do conhecimento

Experimentação: refere-se à dimensão do conhecimento que se origina pela vivência das práticas corporais, pelo envolvimento corporal na realização das mesmas. São conhecimentos que não podem ser acessados sem passar pela vivência corporal, sem que sejam efetivamente experimentados.

Trata-se de uma possibilidade única de apreender as manifestações culturais tematizadas pela Educação Física e do estudante se perceber como sujeito “de carne e osso”. Faz parte dessa dimensão, além do imprescindível acesso à experiência, cuidar para que as sensações geradas no momento da realização de uma determinada vivência sejam positivas ou, pelo menos, não sejam desagradáveis a ponto de gerar rejeição à prática em si. (BRASIL, 2017, p. 218)

Uso e apropriação: refere-se ao conhecimento que possibilita ao estudante ter condições de realizar de forma autônoma uma determinada prática corporal. Trata-se do mesmo tipo de conhecimento gerado pela experimentação (saber fazer), mas dele se diferencia por possibilitar ao estudante a competência⁴³ necessária para potencializar o seu envolvimento com práticas corporais no lazer ou para a saúde. Diz respeito àquele rol de conhecimentos que viabilizam a prática efetiva das manifestações da cultura corporal de movimento não só durante as aulas, como também para além delas. (BRASIL, 2017, p. 218)

Fruição: implica a apreciação estética das experiências sensíveis geradas pelas vivências corporais, bem como das diferentes práticas corporais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos. Essa dimensão está vinculada com a apropriação de um conjunto de conhecimentos que permita ao estudante desfrutar da realização de uma determinada prática corporal e/ou apreciar essa e outras tantas quando realizadas por outros. (BRASIL, 2017, p. 218-219)

Reflexão sobre a ação: refere-se aos conhecimentos originados na observação e na análise das próprias vivências corporais e daquelas realizadas por outros. Vai além da reflexão espontânea, gerada em toda experiência corporal. Trata-se de um ato intencional, orientado a formular e empregar estratégias de observação e análise para: (a) resolver desafios peculiares à prática realizada; (b) apreender novas modalidades; e (c) adequar as práticas aos interesses e às possibilidades próprios e aos das pessoas com quem compartilha a sua realização. (BRASIL, 2017, p. 219)

Construção de valores: vincula-se aos conhecimentos originados em discussões e vivências no contexto da tematização das práticas corporais, que possibilitam a aprendizagem de valores e normas voltadas ao exercício da cidadania em prol de uma sociedade democrática. A produção e partilha de atitudes, normas e valores (positivos e negativos) são inerentes a qualquer processo de socialização. No entanto, essa dimensão está diretamente associada ao ato intencional de ensino e de aprendizagem e, portanto, demanda intervenção pedagógica orientada para tal fim. Por esse motivo, a BNCC se concentra mais especificamente na construção de valores relativos ao respeito às diferenças e no combate aos preconceitos de qualquer natureza. Ainda assim, não se pretende propor o tratamento apenas desses valores, ou fazê-lo só em determinadas etapas do componente, mas assegurar a superação de estereótipos e preconceitos expressos nas práticas corporais. (BRASIL, 2017, p. 219)

Análise: está associada aos conceitos necessários para entender as características e o funcionamento das práticas corporais (saber sobre). Essa dimensão reúne conhecimentos como a classificação dos esportes, os sistemas táticos de uma modalidade, o efeito de determinado exercício físico no desenvolvimento de uma capacidade física, entre outros. (BRASIL, 2017, p. 219)

Compreensão: está também associada ao conhecimento conceitual, mas, diferentemente da dimensão anterior, refere-se ao esclarecimento do processo de inserção das práticas corporais no contexto sociocultural,

reunindo saberes que possibilitam compreender o lugar das práticas corporais no mundo. Em linhas gerais, essa dimensão está relacionada a temas que permitem aos estudantes interpretar as manifestações da cultura corporal de movimento em relação às dimensões éticas e estéticas, à época e à sociedade que as gerou e as modificou, às razões da sua produção e transformação e à vinculação local, nacional e global. Por exemplo, pelo estudo das condições que permitem o surgimento de uma determinada prática corporal em uma dada região e época ou os motivos pelos quais os esportes praticados por homens têm uma visibilidade e um tratamento midiático diferente dos esportes praticados por mulheres. (BRASIL, 2017, p. 219-220)

Protagonismo comunitário: refere-se às atitudes/ações e conhecimentos necessários para os estudantes participarem de forma confiante e autoral em decisões e ações orientadas a democratizar o acesso das pessoas às práticas corporais, tomando como referência valores favoráveis à convivência social. Contempla a reflexão sobre as possibilidades que eles e a comunidade têm (ou não) de acessar uma determinada prática no lugar em que moram, os recursos disponíveis (públicos e privados) para tal, os agentes envolvidos nessa configuração, entre outros, bem como as iniciativas que se dirigem para ambientes além da sala de aula, orientadas a interferir no contexto em busca da materialização dos direitos sociais vinculados a esse universo. (BRASIL, 2017, p. 220)

O componente curricular de Educação Física têm na BNCC as competências específicas para o Ensino Fundamental definidas em dez competências

Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual. (BRASIL, 2017, p. 221)

Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo. (BRASIL, 2017, p. 221)

Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais. (BRASIL, 2017, p. 221)

Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas. (BRASIL, 2017, p. 221)

Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes. (BRASIL, 2017, p. 221)

Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam. (BRASIL, 2017, p. 221)

Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos. (BRASIL, 2017, p. 221)

Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde. (BRASIL, 2017, p. 221)

Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário. (BRASIL, 2017, p. 221)

Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo. (BRASIL, 2017, p. 221)

O Ensino Fundamental está dividido em duas etapas, o Ensino Fundamental anos iniciais e Ensino Fundamental anos finais. No Ensino Fundamental anos iniciais, os alunos trazem consigo o seu próprio modo de vida e experiências pessoais e sociais, nos diferentes contextos do nosso país. Resguardando a singularidade do processo escolar e sua interdependência com as características da comunidade local. “Dando continuidade com as experiências advindas da educação infantil, com leituras que visam a compreensão do mundo, potencializando a inserção e o trânsito das crianças nas várias esferas da vida social.” (BRASIL, 2017)

Para o Ensino Fundamental anos iniciais, a BNCC trás em dois blocos do 1º e 2º ano e do 3º ao 5º ano, as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades pretendidas para essa etapa da educação básica. Descrevemos abaixo as pretensões do 1º e 2º ano.

Para a unidade temática Brincadeiras e jogos, o objeto de conhecimento é Brincadeiras e jogos da cultura popular presente no contexto comunitário e regional com as seguintes habilidades

Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas. (BRASIL, 2017, p. 225)

Explicar, por meio de múltiplas linguagens (corporal, visual, oral e escrita), as brincadeiras e os jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo e valorizando a importância desses jogos e brincadeiras para suas culturas de origem. (BRASIL, 2017, p. 255)

Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios de brincadeiras e jogos populares do contexto comunitário e regional, com base no reconhecimento das características dessas práticas. (BRASIL, 2017, p. 225)

Colaborar na proposição e na produção de alternativas para a prática, em outros momentos e espaços, de brincadeiras e jogos e demais práticas corporais tematizadas na escola, produzindo textos (orais, escritos, audiovisuais) para divulgá-las na escola e na comunidade. (BRASIL, 2017, p. 225)

Na unidade temática Esporte, o objeto de conhecimento dar-se-á nos esporte de marca e esporte de precisão, com as habilidades

Experimentar e fruir, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo, a prática de esportes de marca e de precisão, identificando os elementos comuns a esses esportes. (BRASIL, 2017, p. 225)

Discutir a importância da observação das normas e das regras dos esportes de marca e de precisão para assegurar a integridade própria e as dos demais participantes. (BRASIL, 2017, p. 225)

A unidade temática Ginástica, o objeto de conhecimento é a ginástica geral, e as habilidades pretendidas são

Experimentar, fruir e identificar diferentes elementos básicos da ginástica (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais) e da ginástica geral, de forma individual e em pequenos grupos, adotando procedimentos de segurança. (BRASIL, 2017, p. 225)

Planejar e utilizar estratégias para a execução de diferentes elementos básicos da ginástica e da ginástica geral. (BRASIL, 2017, p. 225)

Participar da ginástica geral, identificando as potencialidades e os limites do corpo, e respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal. (BRASIL, 2017, p. 225)

Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita e audiovisual), as características dos elementos básicos da ginástica e da ginástica geral, identificando a presença desses elementos em distintas práticas corporais. (BRASIL, 2017, p. 225)

Na unidade temática Danças, o objeto de conhecimento são as danças do contexto comunitário e regional, e as habilidades são

Experimentar e fruir diferentes danças do contexto comunitário e regional (rodas cantadas, brincadeiras rítmicas e expressivas), e recriá-las, respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal. (BRASIL, 2017, p. 225)

Identificar os elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das danças do contexto comunitário e regional, valorizando e respeitando as manifestações de diferentes culturas. (BRASIL, 2017, p. 225)

No bloco do 3º ao 5º ano, há o acréscimo da unidade temática Lutas, somando um total de cinco unidades temáticas, sendo descritas na sequência.

Na unidade temática Brincadeiras e Jogos, o objeto de conhecimento são as Brincadeiras e Jogos populares do Brasil e do mundo e as Brincadeiras e Jogos de matriz indígena e africana. Suas habilidades pretendidas são

Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico cultural. (BRASIL, 2017, p. 227)

Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a participação segura de todos os alunos em brincadeiras e jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana. (BRASIL, 2017, p. 227)

Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico cultural na preservação das diferentes culturas. (BRASIL, 2017, p. 227)

Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e demais práticas corporais tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis. (BRASIL, 2017, p. 227)

Na unidade temática Esporte, o objeto de conhecimento são os Esportes de campo e taco, Esportes de rede/parede e Esportes de invasão. Com as habilidades pretendidas

Experimentar e fruir diversos tipos de esportes de campo e taco, rede/parede e invasão, identificando seus elementos comuns e criando estratégias individuais e coletivas básicas para sua execução, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo. (BRASIL, 2017, p. 227)

Diferenciar os conceitos de jogo e esporte, identificando as características que os constituem na contemporaneidade e suas manifestações (profissional e comunitária/lazer). (BRASIL, 2017, p. 227)

A unidade temática Ginástica, trás o objeto de conhecimento a Ginástica geral, e as habilidades são

Experimentar e fruir, de forma coletiva, combinações de diferentes elementos da ginástica geral (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais), propondo coreografias com diferentes temas do cotidiano. (BRASIL, 2017, p. 227)

Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios na execução de elementos básicos de apresentações coletivas de ginástica geral, reconhecendo as potencialidades e os limites do corpo e adotando procedimentos de segurança. (BRASIL, 2017, p. 227)

A quarta unidade temática – Danças, o objeto de conhecimento são as Danças do Brasil e do mundo e Danças de matriz indígenas e africanas, com as seguintes habilidades

Experimentar, recriar e fruir danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana, valorizando e respeitando os diferentes sentidos e significados dessas danças em suas culturas de origem. (BRASIL, 2017, p. 227)

Comparar e identificar os elementos constitutivos comuns e diferentes (ritmo, espaço, gestos) em danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana. (BRASIL, 2017, p. 227)

Formular e utilizar estratégias para a execução de elementos constitutivos das danças populares do Brasil e do mundo, e das danças de matriz indígena e africana. (BRASIL, 2017, p. 227)

Identificar situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presentes no contexto das danças e demais práticas corporais e discutir alternativas para superá-las. (BRASIL, 2017, p. 227)

A última unidade temática Lutas, têm o objeto de conhecimento as Lutas do contexto comunitário e regional e as Lutas de matriz indígena e africana. E as habilidades são

Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas presentes no contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana. (BRASIL, 2017, p. 227)

Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas do contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana experimentadas, respeitando o colega como oponente e as normas de segurança. (BRASIL, 2017, p. 227)

Identificar as características das lutas do contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana, reconhecendo as diferenças entre lutas e brigas e entre lutas e as demais práticas corporais. (BRASIL, 2017, p. 227)

O Ensino Fundamental anos finais, é entendido pela BNCC como uma fase em que os estudantes se deparam com diversos professores, tornando mais complexas as interações e a sistemática de estudos. Porém agora com uma maior capacidade de abstração e de acessar informações de diferentes fontes, permitindo aos alunos maior aprofundamento nos estudos das práticas corporais na escola. Sendo dividido também em dois blocos: um do 6º e 7º ano e outro no 8º e 9º ano. (BRASIL, 2017)

No bloco do 6º e 7º ano, na unidade temática Brincadeiras e Jogos, o objeto de conhecimento são os Jogos eletrônicos, com as seguintes habilidades

Experimentar e fruir, na escola e fora dela, jogos eletrônicos diversos, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais e etários. (BRASIL, 2017, p. 231)

Identificar as transformações nas características dos jogos eletrônicos em função dos avanços das tecnologias e nas respectivas exigências corporais colocadas por esses diferentes tipos de jogos. (BRASIL, 2017, p. 231)

A unidade temática Esportes tem o seu objeto de conhecimento os Esportes de marca, Esportes de precisão, Esportes de invasão e Esportes técnico-combinatórios, e suas habilidades

Experimentar e fruir esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo. (BRASIL, 2017, p. 231)

Praticar um ou mais esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios oferecidos pela escola, usando habilidades técnico-táticas básicas e respeitando regras. (BRASIL, 2017, p. 231)

Planejar e utilizar estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos, tanto nos esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios como nas modalidades esportivas escolhidas para praticar de forma específica. (BRASIL, 2017, p. 231)

Analisar as transformações na organização e na prática dos esportes em suas diferentes manifestações (profissional e comunitário/lazer). (BRASIL, 2017, p. 231)

Propor e produzir alternativas para experimentação dos esportes não disponíveis e/ou acessíveis na comunidade e das demais práticas corporais tematizadas na escola. (BRASIL, 2017, p. 231)

Para a unidade temática Ginástica o objeto de conhecimento é a Ginástica de condicionamento físico, com as habilidades de

Experimentar e fruir exercícios físicos que solicitem diferentes capacidades físicas, identificando seus tipos (força, velocidade, resistência, flexibilidade) e as sensações corporais provocadas pela sua prática. (BRASIL, 2017, p. 231)

Construir, coletivamente, procedimentos e normas de convívio que viabilizem a participação de todos na prática de exercícios físicos, com o objetivo de promover a saúde. (BRASIL, 2017, p. 231)

Diferenciar exercício físico de atividade física e propor alternativas para a prática de exercícios físicos dentro e fora do ambiente escolar. (BRASIL, 2017, p. 231)

A unidade temática Danças têm em seu objeto de conhecimento as Danças urbanas, e suas habilidades pretendidas são

Experimentar, fruir e recriar danças urbanas, identificando seus elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos). (BRASIL, 2017, p. 231)

Planejar e utilizar estratégias para aprender elementos constitutivos das danças urbanas. (BRASIL, 2017, p. 231)

Diferenciar as danças urbanas das demais manifestações da dança, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais. (BRASIL, 2017, p. 231)

A quinta unidade temática – Lutas, seu objeto de conhecimento são as Lutas do Brasil e suas habilidades são

Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas do Brasil, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais. (BRASIL, 2017, p. 233)

Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas do Brasil, respeitando o colega como oponente. (BRASIL, 2017, p. 233)

Identificar as características (códigos, rituais, elementos técnico-táticos, indumentária, materiais, instalações, instituições) das lutas do Brasil. (BRASIL, 2017, p. 233)

Problematizar preconceitos e estereótipos relacionados ao universo das lutas e demais práticas corporais, propondo alternativas para superá-los,

com base na solidariedade, na justiça, na equidade e no respeito. (BRASIL, 2017, p. 233)

A última unidade temática proposta pela BNCC é as Práticas Corporais de Aventura, presente somente no Ensino Fundamental - anos finais, com o objeto de conhecimento Práticas Corporais de Aventura Urbanas e as habilidades pretendidas são

Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura urbanas, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais. (BRASIL, 2017, p. 233)

Identificar os riscos durante a realização de práticas corporais de aventura urbanas e planejar estratégias para sua superação. (BRASIL, 2017, p. 233)

Executar práticas corporais de aventura urbanas, respeitando o patrimônio público e utilizando alternativas para a prática segura em diversos espaços. (BRASIL, 2017, p. 233)

Identificar a origem das práticas corporais de aventura e as possibilidades de recriá-las, reconhecendo as características (instrumentos, equipamentos de segurança, indumentária, organização) e seus tipos de práticas. (BRASIL, 2017, p. 233)

O bloco do 8º e 9º ano possui cinco unidades temáticas, sendo retirada a unidade temática Brincadeiras e Jogos. As demais unidades temáticas, apresentaremos a seguir conforme o texto presente na BNCC.

Na unidade temática Esportes, o objeto de conhecimento são os Esportes de rede/parede, Esportes de campo e taco, Esportes de invasão e Esportes de combate, com as seguintes habilidades

Experimentar diferentes papéis (jogador, árbitro e técnico) e fruir os esportes de rede/parede, campo e taco, invasão e combate, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo. (BRASIL, 2017, p. 235)

Praticar um ou mais esportes de rede/parede, campo e taco, invasão e combate oferecidos pela escola, usando habilidades técnico-táticas básicas. (BRASIL, 2017, p. 235)

Formular e utilizar estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos, tanto nos esportes de campo e taco, rede/parede, invasão e combate como nas modalidades esportivas escolhidas para praticar de forma específica. (BRASIL, 2017, p. 235)

Identificar os elementos técnicos ou técnico-táticos individuais, combinações táticas, sistemas de jogo e regras das modalidades esportivas praticadas, bem como diferenciar as modalidades esportivas com base nos critérios da lógica interna das categorias de esporte: rede/parede, campo e taco, invasão e combate. (BRASIL, 2017, p. 235)

Identificar as transformações históricas do fenômeno esportivo e discutir alguns de seus problemas (doping, corrupção, violência etc.) e a forma como as mídias os apresentam. (BRASIL, 2017, p. 235)

Verificar locais disponíveis na comunidade para a prática de esportes e das demais práticas corporais tematizadas na escola, propondo e produzindo alternativas para utilizá-los no tempo livre. (BRASIL, 2017, p. 235)

Para a unidade temática Ginástica, têm o seu objeto de conhecimento a Ginástica de condicionamento físico e Ginástica de condicionamento corporal, e suas habilidades são

Experimentar e fruir um ou mais programas de exercícios físicos, identificando as exigências corporais desses diferentes programas e reconhecendo a importância de uma prática individualizada, adequada às características e necessidades de cada sujeito. (BRASIL, 2017, p. 235)

Discutir as transformações históricas dos padrões de desempenho, saúde e beleza, considerando a forma como são apresentados nos diferentes meios (científico, midiático etc.) (BRASIL, 2017, p. 235)

Problematizar a prática excessiva de exercícios físicos e o uso de medicamentos para a ampliação do rendimento ou potencialização das transformações corporais. (BRASIL, 2017, p. 235)

Experimentar e fruir um ou mais tipos de ginástica de conscientização corporal, identificando as exigências corporais dos mesmos. (BRASIL, 2017, p. 235)

Identificar as diferenças e semelhanças entre a ginástica de conscientização corporal e as de condicionamento físico e discutir como a prática de cada uma dessas manifestações pode contribuir para a melhoria das condições de vida, saúde, bem-estar e cuidado consigo mesmo. (BRASIL, 2017, p. 235)

Na unidade temática Danças, o seu objeto de conhecimento contempla as Danças de salão, e suas habilidades são

Experimentar, fruir e recriar danças de salão, valorizando a diversidade cultural e respeitando a tradição dessas culturas. (BRASIL, 2017, p. 235)

Planejar e utilizar estratégias para se apropriar dos elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das danças de salão. (BRASIL, 2017, p. 235)

Discutir estereótipos e preconceitos relativos às danças de salão e demais práticas corporais e propor alternativas para sua superação. (BRASIL, 2017, p. 235)

Analisar as características (ritmos, gestos, coreografias e músicas) das danças de salão, bem como suas transformações históricas e os grupos de origem. (BRASIL, 2017, p. 235)

A unidade temática Lutas, trás em seu objeto de conhecimento as Lutas do mundo, com as seguintes habilidades

Experimentar e fruir a execução dos movimentos pertencentes às lutas do mundo, adotando procedimentos de segurança e respeitando o oponente. (BRASIL, 2017, p. 237)

Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas experimentadas, reconhecendo as suas características técnico-táticas. (BRASIL, 2017, p. 237)

Discutir as transformações históricas, o processo de esportivização e a midiaticização de uma ou mais lutas, valorizando e respeitando as culturas de origem. (BRASIL, 2017, p. 237)

A última unidade temática desse bloco são as Práticas corporais de aventuras, e seu objeto de conhecimento são as Práticas corporais de aventura na natureza, trazendo as habilidades pretendidas são

Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura na natureza, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais, respeitando o patrimônio natural e minimizando os impactos de degradação ambiental. (BRASIL, 2017, p. 237)

Identificar riscos, formular estratégias e observar normas de segurança para superar os desafios na realização de práticas corporais de aventura na natureza. (BRASIL, 2017, p. 237)

Identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das práticas corporais de aventura na natureza, bem como suas transformações históricas. (BRASIL, 2017, p. 237)

Após apresentarmos as pretensões do componente curricular da Educação Física na BNCC, faremos um breve esclarecimento sobre a proposta curricular do Ensino Médio no tocante a nossa área de ensino. Ressalvamos que a mesma foi homologada no dia 14 de dezembro de 2018 pelo ex-ministro da Educação, Rossieli Soares.

O texto da Base Nacional Comum Curricular referente à etapa do Ensino Médio aborda a área de linguagens e suas tecnologias como consolidação das aprendizagens previstas na BNCC do Ensino Fundamental, conforme em seu texto

A Base Nacional Comum Curricular da área de Linguagens e suas Tecnologias busca consolidar e ampliar as aprendizagens previstas na BNCC do Ensino Fundamental nos componentes Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa – observada a garantia dos direitos linguísticos aos diferentes povos e grupos sociais brasileiros. (BRASIL, 2018, p. 481)

A BNCC também destaca a autonomia dos jovens nessa etapa das suas vidas e maior capacidade de abstração e reflexão sobre o mundo, como exposto

Por ser um período de vida caracterizado por mais autonomia e maior capacidade de abstração e reflexão sobre o mundo, os jovens, gradativamente, ampliam também suas possibilidades de participação na vida pública e na produção cultural. Eles fazem isso por meio da autoria de diversas produções que constituem as culturas juvenis manifestadas em músicas, danças, manifestações da cultura corporal, vídeos, marcas corporais, moda, rádios comunitárias, redes de mídia da internet, gírias e demais produções e práticas socioculturais que

combinam linguagens e diferentes modos de estar juntos. (BRASIL, 2018, p. 481)

A Educação Física no Ensino Médio têm as pretensões de desafiar os estudantes a refletir sobre as diversas práticas vivenciadas, segunda a base

No Ensino Médio, além da experimentação de novos jogos e brincadeiras, esportes, danças, lutas, ginásticas e práticas corporais de aventura, os estudantes devem ser desafiados a refletir sobre essas práticas, aprofundando seus conhecimentos sobre as potencialidades e os limites do corpo, a importância de se assumir um estilo de vida ativo, e os componentes do movimento relacionados à manutenção da saúde. É importante também que eles possam refletir sobre as possibilidades de utilização dos espaços públicos e privados que frequentam para desenvolvimento de práticas corporais, inclusive as aprendidas na escola, de modo a exercer sua cidadania e seu protagonismo comunitário. Esse conjunto de experiências, para além de desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado com o corpo e a saúde, a socialização e o entretenimento, favorece o diálogo com as demais áreas de conhecimento, ampliando a compreensão dos estudantes a respeito dos fenômenos da gestualidade e das dinâmicas sociais associadas às práticas corporais. (BRASIL, 2018, p. 484)

Apesar de estar presente no texto da BNCC do Ensino Médio, a Educação Física é pouca abordada no documento, fato que para Martins *et. al* (2018) é um desprestígio com a área, conforme

Ao todo, são dedicados somente cinco parágrafos para comentar o que representa essa disciplina para a área de linguagens e suas tecnologias. Somente foi oportunizado esse restrito espaço para abordar a Educação Física. Só por esse aspecto já seria motivos para reconhecer que existe um desprestígio com a área. A título de curiosidade, para tratar da Língua Portuguesa, foram oportunizadas 26 páginas inteiras. (MARTINS *et. al*, 2018, p. 7)

Diante deste contexto apresentado, não significa dizer que o texto da base destinado ao componente curricular Educação Física está isenta de debates ou de posicionamentos dos profissionais da área.

Vale destacar que o texto da Base Nacional Comum Curricular continuar sendo fruto de debates dentro da área de Educação Física como assinala Neira (2018), em que o autor faz uma análise da versão final da base, apontando limitações em relação às aprendizagens essenciais para o componente curricular, conforme exposto

Como se não bastasse a pretensão de indicar aprendizagens essenciais para todos os alunos do Ensino Fundamental de um país com dimensões continentais e tão diverso como o nosso, a própria definição dessas aprendizagens soa um tanto arrogante. Como pode alguém arvorar-se o

direito de dizer o que é essencial para o outro saber? (NEIRA, 2018, p. 217)

O autor ainda destaca que por ser um documento que se pretende ser abrangente e integrador não poderia determinar fronteiras na definição dos temas a serem estudados, conforme

Ora, um documento que se pretende abrangente e integrador não poderia determinar fronteiras na definição dos temas a serem estudados. A ideia de movimento corporal como elemento essencial é herança da psicologia desenvolvimentista, o que desconsidera as contribuições dos estudos da cultura, nos quais a gestualidade, tratada como forma de linguagem, ganhou evidência. Nesse quesito, surge a primeira incoerência: por um lado, a BNCC ignora que manifestações pouco exigentes em termos motores possam ser abordadas nas aulas de educação física, tais como brinquedos e jogos de salão, mas apresenta os jogos eletrônicos como objetos de conhecimento para os 6º e 7º anos. (NEIRA, 2018, p. 219)

Continuando, o autor também faz ponderações sobre a vinculação exclusiva das práticas corporais ao lazer/entretenimento e/ou cuidado com o corpo e a saúde, em que esclarece

[...] O documento desdenha que a ocorrência social das manifestações da cultura corporal é significada de muitas outras maneiras: como campo de exercício profissional, competição, religiosidade, estética etc. O próprio texto assume esse posicionamento ao afirmar que “as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção”. (Brasil, 2017, p. 212). Assim, a significação não se define oficialmente de forma arbitrária, pois se encontra na esfera do imponderável, faz parte do processo de negociação cultural que cada grupo trava com os demais membros da sociedade. (NEIRA, 2018, p. 219)

Em relação à organização do documento Neira (2018) chama a atenção para as variações dos critérios para definir os objetos de conhecimento, dificultando a compreensão proposta por parte de quem deverá implantá-la. E ainda esclarece que partindo do princípio que “qualquer critério para definir os objetos de conhecimento pode ser questionado, diversificá-lo sem esclarecer, justificar ou fundamentar as escolhas pode ser comprometedor”. (NEIRA, 2018, p. 219)

Outra reflexão feita por Neira (2018) refere-se às habilidades previstas para o componente que após elucidar o entendimento por experimentação, uso e apropriação, fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, compreensão e protagonismo comunitário, era de se esperar gerasse habilidades correspondente a todas as dimensões. O que para o autor não foi bem o que aconteceu. Citando o exemplo dos objetos de conhecimento destinado para o 3º ao 5º ano (lutas do contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana), ele esclarece

Não foram estipuladas habilidades de reflexão sobre a ação, construção de valores, compreensão e protagonismo comunitário. Ao que parece, o privilégio concedido ao domínio cognitivo suplantou os demais. O fato não é uma exceção, nenhuma unidade temática e, por consequência, nenhum objeto de conhecimento foram contemplados com habilidades referentes a todas as “dimensões” anunciadas. E o pior, salvo quatro honrosas exceções, o protagonismo comunitário foi desprezado. (NEIRA, 2018, p. 221)

Outro ponto abordado por Neira (2018) é o desinteresse com a proposição de habilidades que problematizam a produção das diferenças com relação às práticas corporais e seus representantes. Conforme

O atual estágio dos conhecimentos sobre o assunto tornou possível compreender as práticas corporais como textos da cultura impregnados pelos marcadores de classe, gênero, etnia, religião etc. Não é à toa o repúdio ou a exaltação a certas manifestações com base nos grupos sociais que as criaram e recriaram. (NEIRA, 2018, p. 222)

No próximo capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos, seguido da apresentação e análise dos dados.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse momento do nosso trabalho apresentamos o percurso metodológico adotado na pesquisa, elencando o tipo de pesquisa, o universo e amostra, instrumento de pesquisa, seguido da produção e análise dos dados.

Nossa investigação teve como intensão conhecer junto aos professores de Educação Física o estado de conhecimento acerca da Base Nacional Comum Curricular, e o que os mesmos pensam sobre a proposta curricular. Portanto o primeiro momento do trabalho se deu ao levantamento do material bibliográfico por meio de *sites*, revistas científicas *online*, livros, monografias, artigos que abordam a temática da base curricular. Este levantamento bibliográfico teve como proposito pondera-se do que se tem pesquisado sobre o tema proposto.

Logo, foi feito a leitura e fichamentos dos textos escolhidos, servindo de embasamento teórico para a produção da revisão de literatura.

No segundo momento foi construído um questionário estruturado contido de sete questões abordando a temática da BNCC.

O terceiro momento constituiu na entrega e acolhimento dos questionários estruturados aos professores de Educação Física da rede pública de ensino do estado de Sergipe.

No quarto momento foi feito a análise e produção dos dados coletados. E no quinto momento as considerações finais da pesquisa.

5.1 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo descritiva, segundo Gil (1999, *apoud* OLIVEIRA, 2011, p. 21) a pesquisa descritiva têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

A pesquisa descritiva busca descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, “permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos”. (SELLTIZ *et al*, 1965, *apoud* OLIVEIRA, 2011, p. 21)

Este estudo trata-se de uma pesquisa social com abordagem metodológica qualitativa, o que para Minayo (2002) a pesquisa qualitativa responde a questões particulares com um nível de realidade que não pode ser quantificado. A autora ainda completa

[...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21-22)

De acordo com Godoy (1995, p. 62, *apoud* NEVES, 1996, p. 1) as características essenciais desse tipo de pesquisas são: 1) o ambiente natural como fonte de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; 2) o caráter descritivo; 3) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; 4) enfoque indutivo.

Para o autor, a pesquisa qualitativa “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”. (NEVES, 1996, p. 1)

5.2 Sujeitos da pesquisa

O referido estudo tem o universo da pesquisa representado por professores e professoras de Educação Física da Rede Pública, estando em pleno exercício nas suas respectivas unidades de ensino.

Por ser uma pesquisa de natureza qualitativa, participaram do estudo dez professores de Educação Física da Educação Básica que atuam na rede pública de ensino, sendo seis professores vinculados à rede estadual e quatro professores vinculados às redes municipais dos municípios de Aracaju, de Japaratuba e de Propriá.

Os critérios de escolhas dos professores se deram pela disponibilidade de participação dos mesmos. Fizemos contatos com vários professores de diferentes lugares, mas só obtivemos a concordância para participação da pesquisa esses dez professores supracitados.

5.3 Instrumento de pesquisa

O nosso instrumento de pesquisa se deu através de questionário estruturado, composto de sete perguntas elaboradas de acordo com o nosso objetivo de pesquisa. De acordo com Rudio (1986), o questionário é entregue ao sujeito da pesquisa, com perguntas escritas, em que a respostas dessas perguntas constituirá as informações que se pretende coletar.

No tocante ao objetivo, propomos conhecer junto aos professores de Educação Física, o seu estado de conhecimento acerca da Base Nacional Comum Curricular. Para isso o questionário foi composto por três blocos pautados por alguns eixos norteadores que auxiliaram o trajeto do estudo. O primeiro Bloco - **Acompanhamento da proposta e implantação da BNCC**, foi composto por perguntas que buscou identificar a existência de ações por parte das instituições de ensino que fomentasse o acompanhamento e debates sobre a BNCC. O segundo Bloco – **O componente curricular Educação Física na BNCC**, objetivou conhecer o estado de conhecimento dos professores acerca das implicações da BNCC para o componente curricular Educação Física. O terceiro e último bloco – **Posicionamentos sobre a proposta curricular da BNCC**, teve o propósito de identificar o posicionamento favorável ou desfavorável do professor acerca da BNCC.

5.4 Procedimentos de produção dos dados

Para a produção dos dados, primeiramente após leituras sobre a BNCC e o contexto educacional relacionado à base, compomos um questionário com sete questões, onde o propósito foi identificar se houve estímulo por partes das instituições para que os professores conhecesse a BNCC, como também o estado de conhecimento dos professores acerca das implicações da BNCC para o componente curricular Educação Física e se eles são favoráveis à base.

Para atender esse objetivo o questionário foi composto por sete perguntas. Após a confecção do questionário fizemos contatos com os professores onde obtivemos a concordância de dez professores para participar da pesquisa.

Visitamos as instituições de ensino para aplicação do questionário e no mesmo momento que os professores respondiam, aguardamos e recolhemos os questionários preenchidos.

Após a produção dos dados com o preenchimento dos questionários, iniciamos a classificação e análise das informações. Esclarecemos que de forma voluntária os professores participantes da pesquisa sabiam do que se tratava o estudo, comprometendo-se com a ética envolvida nas informações que ali seriam prestadas.

Em sequência foi feita a organização dos dados, sendo embasado pelos referenciais teóricos e por hipóteses utilizadas na pesquisa. Sendo assim uma etapa bastante minuciosa, com a preocupação de constante consulta e diálogo com o referencial teórico para melhor elucidação da investigação proposta.

No momento a seguir, apresentamos e analisamos os dados produzidos, abordando as questões levantadas no questionário, bem como a interpretação das informações obtidas, caminhando lado a lado com a bibliografia consultada.

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados, iniciou-se a organização e análise das informações do questionário estruturado junto aos dez professores de Educação Física colaboradores da pesquisa. Organizamos os dados a partir dos blocos temáticos que nortearam o instrumento de produção de dados. A saber: Primeiro bloco: **Acompanhamento da proposta e implantação da BNCC**; Segundo bloco: **O componente curricular Educação Física na BNCC**; o terceiro e último bloco: **Posicionamentos sobre a proposta curricular da BNCC**.

6.1 Acompanhamento da proposta e implantação da BNCC

Este bloco buscou identificar a existência de ações por parte das instituições de ensino que possibilitasse ao professor o acompanhamento e debate sobre a BNCC. Para tanto, formulamos duas perguntas.

A primeira pergunta foi: Você tem acompanhado a proposta de implantação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC)? Por quais formas?

Nesta indagação, organizamos as respostas em dois grupos. O primeiro referente aos professores que afirmaram o acompanhamento da proposta da BNCC, sendo três professores. E na segunda categoria temos os professores que responderam que não acompanham a proposta da base, esses por sua vez em maior número, no total de sete professores.

No tocante aos professores que acompanharam a proposta de implantação da BNCC, o mesmo se fez através da internet e televisão, demonstrando o auxílio dos avanços tecnológicos no acesso as informações. Na maioria dos professores pesquisados, ainda há uma necessidade de uma ampliação da consciência política dos professores que não acompanham a base. Essa consciência é que nos dá a dimensão da importância das políticas públicas e por sua vez é um retrato do conjunto de interesses que irá refletir nas escolas e por isso esses professores precisam estar inteirados nessas políticas públicas. E quando há um afastamento do direito de está acompanhando e discutindo sobre os acontecimentos e o destino da educação brasileira, estamos abdicando do princípio fundamental da democracia que é a participação.

Diante deste contexto, Bertarello e Marin (2010) destaca a participação como necessária para efetivar a democracia, conforme exposto

A democracia necessita da participação para se efetivar, uma vez que o próprio princípio democrático implica participação nos processos de decisão, pois não há como se negar que a democracia desloca o poder para o povo, sendo que o cidadão tem o direito de participar ativamente das decisões acerca das políticas públicas, sob pena de estar-se difundindo uma democracia meramente retórica. (BERTARELLO e MARIN, 2010, p. 164)

Para uma melhor efetivação e concretização de uma nova política educacional é preciso o acompanhamento por partes daqueles que irão de fato operacionalizar essa política. É no chão da escola que aparece as reais necessidades e, portanto as mudanças propostas carecem de análises e discussões.

A BNCC “marca oficialmente a posição do Estado Brasileiro em relação ao que se espera da escola, do professor e do aluno e foi construído em parceria com a sociedade” (NICOLETTI; NICOLETTI, 201?). Diante deste pressuposto, retornamos aos desdobramentos ocasionados pela afirmação de ser a Educação Física componente curricular pós Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. O que para Nicoletti e Nicoletti (201?) se torna necessário adotar outra postura profissional no seio da escola, no sentido de legitimar em sua prática às conquistas alcançadas desde 1980 e que se concretizam no projeto da Base Nacional Comum Curricular.

Os autores ainda concluem que “a BNCC relacionada à Educação Física poderá preservar, reconstruir e sistematizar os conhecimentos necessários ao processo educacional de forma nítida” (NICOLETTI; NICOLETTI, 201?). A participação do professor na elaboração do Projeto Político Pedagógico da sua escola precisa ser levada a sério, já que todos os componentes curriculares devem contribuir para a formação do aluno. E desta forma

[...] pretende-se romper com os paradigmas ultrapassados e reacionários que impedem o desenvolvimento da Educação Física na escola e de seus alunos a partir da ideia de que ela é apenas uma prática descontextualizada e busca, o que não é verdade, lidar com a saúde do aluno na escola e descobrir talentos esportivos. (NICOLETTI; NICOLETTI, 201?)

A segunda pergunta que compôs este bloco foi: A Secretaria de Educação do seu município/Estado promoveu informações e debates sobre a BNCC?

Para esta indagação, organizamos as respostas obtidas também em dois grupos. O primeiro grupo abrange os professores que não identificaram a iniciativa de promoção de informações e debates por parte das instituições de ensino ao qual estão vinculados, sendo um total de sete professores. No segundo grupo, temos os professores que sentiram a presença de suas instituições no tocante a apresentação e esclarecimentos de informações sobre a base, abrangendo assim três professores. E ainda completaram que as informações se deram por meio de seminários e grupos de Educação Física.

Diante do quadro exposto, observa-se uma ausência ou uma “limitação” por parte dos órgãos educacionais para com o processo de disseminação das informações e debates, não contemplando de forma satisfatória todo o corpo docente da rede de ensino, ocasionando por muitas das vezes, uma falta de embasamento sobre a temática em questão.

Dialogamos também com o argumento apresentado por Lopes (2014), em que a professora expõe suas preocupações sobre o fato das políticas públicas serem elaboradas e implantadas de cima para baixo, de forma verticalizada, tendo o estado o papel de patrão, decidindo e tomando decisões que irão atender a interesses próprios. Ficando limitados esses debates, não abrangendo todos os atores que irão lidar de forma direta com essas políticas.

Ainda sobre esse aspecto, Freitas (2016) tenciona os interesses que estão postos na proposta da BNCC. Para o professor, esses interesses atende a uma visão empresarial, e por consequências há um distanciamento dos debates necessários para se pensar então em uma base nacional comum curricular.

Dentro deste contexto, percebe-se também uma rede que não discuti a base, gerando implicações no discernimento das políticas públicas educacionais (no nosso caso, da base), ficando assim minimizado o debate da base, não abrangendo todo o sistema de ensino.

6.2 O Componente curricular Educação Física na BNCC

Neste bloco tivemos o proposito de conhecer o estado de conhecimento dos professores acerca das implicações da BNCC para o componente curricular

Educação Física. Para tal foi feita a seguinte indagação: A BNCC traz alguma consequência para a Educação Física Escolar?

Para essa pergunta, categorizamos as respostas em três posicionamentos. O primeiro feito por dois professores que acreditam que a BNCC irá ser algo positivo para a Educação Física, porém sem apresentar argumentos mais concretos para tais respostas, conforme

Toda mudança ela gera consequências, e nesse caso, na minha opinião para melhor. (Professor E, setembro de 2017)

Acredito que consequências positivas. (Professor D, setembro de 2017)

No segundo posicionamento, elencamos as respostas que corroboram com a base, apresentando argumentos de que trará melhoras para o componente curricular em relação aos seus conteúdos e objetivos da Educação Física, sendo assim um total de sete docentes. Expressos pelos argumentos:

Sim. Todos os materiais didáticos passam por revisão. E os conteúdos na Educação Física são extremamente subjetivos. (Professor C, setembro de 2017)

Sim, pois a partir de agora teremos que nos adequar a base e seguir uma linha de objetivos determinados na base. (Professor A, setembro de 2017)

Sim. Agora a Educação Física terá que unificar os currículos e seguir a proposta da base. (Professor B, abril de 2018)

Sim, agora nós professores de Educação Física teremos como referência os conteúdos e objetivos exposto na base. (Professor G, abril de 2018)

Sim, pois teremos que alcançar os objetivos proposto na base e pelas escolas. (Professor H, abril de 2018)

Sim. A Educação Física juntamente com as outras disciplinas terá que seguir os conteúdos da base e alcançar o propósito da sua área de conhecimento. (Professor I, abril de 2018)

Sim. Porque todas as escolas seguirão um padrão nos conteúdos. (Professor F, abril de 2018)

No tocando as esses argumentos, sendo eles da maioria dos professores, os mesmos foram pautados na uniformização dos conteúdos e objetivos, o que permite o dialogo com o pensamento de Melo (2014) em que defende a proposta da base com a unificação dos conteúdos nas nossas escolas.

As respostas acima remetem também a discussão que permeiam os currículos de Educação Física. Conforme Sena *et. al.* (2016) os currículos escolares de Educação Física muitas das vezes aponta uma negligência no amplo repertório

de seus conteúdos para benefícios de outros. Essa seleção de conteúdos dar-se-á por muita das vezes por afinidade dos professores em determinado conteúdo, escolhendo aquele conhecimento ao qual está familiarizado e abdicando de outros possíveis conhecimentos importantes de seres trabalhados e tematizados pelos alunos. Os autores acreditam na importância da organização curricular apresentada pela BNCC, a fim de garantir determinados conhecimentos para os alunos, que na maioria das vezes não é estudado na escola.

Diante das várias tentativas de organização curricular, a BNCC segundo Sena *et. al.* (2016), vem trazer de forma legítima a organização dos conteúdos, definindo os objetivos de aprendizagem, e que todos os alunos devem ter o direito de aprender, independente da escola que frequente. Considerando assim a BNCC um passo importante nesse sentido.

Ainda que haja bastantes expectativas para os ganhos ocasionados pela BNCC para o componente curricular Educação Física em relação à padronização dos seus conteúdos, vale salientar segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2015) que faz uma reflexão sobre a centralização imposta por uma base nacional, sendo contrária à diversidade presente no Brasil, por ser um país multicultural e de grande extensão, desconsiderando as realidades locais.

Corroborando com essa reflexão, Franklin Leão (2014) esclarece que para se alfabetizar os alunos, suas histórias e valores regionais devem ser considerados. Pensar em uma organização curricular que não valorize e contemple os conhecimentos locais é algo prejudicial para o processo de formação do indivíduo, tendo em vista que cada indivíduo tem sua própria visão de mundo.

Para Lopes (2014) uma Base Nacional Comum Curricular que padroniza os conteúdos de todo o sistema de ensino da Educação Básica perpassa a ideia de alfabetizar os alunos separados da sua contextualização local. Criando expectativas que todos os alunos aprendam os mesmos conteúdos em um determinado tempo estabelecido, sendo assim algo impossível, pois cada aluno possui vivências e entendimentos diferentes de cada conteúdo.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (2015) também expõem os riscos da padronização dos conteúdos, que uma educação somente orientada por conteúdos definidos, desconsidera os diferentes

contextos sociais e culturais, excluindo muito outros conhecimentos possíveis de serem ditos e necessários de serem tratados.

O terceiro e último posicionamento, aborda a resposta de um professor que demonstra receio na proposta curricular da BNCC e que trará consequências negativas para a Educação Física, conforme exposto

Sim, segundo alguns noticiários a Educação Física e algumas disciplinas que formam o pensamento ficarão em segundo plano. (Professor J, setembro de 2017)

Esse posicionamento corrobora com a crítica feita por Martins *et. al* (2018) para a base do Ensino Médio, em que para os autores, há um desprestígio com a área, atribuindo-lhe pouca atenção se comparado com algumas disciplinas de outras áreas. Isso pode ser visto no texto do componente curricular Educação Física na BNCC do Ensino Médio, em que foram disponibilizados apenas cinco parágrafos para descrever as pretensões desta área de conhecimento, o que comparado com as vinte e seis páginas que trata o componente curricular Língua Portuguesa, fica evidente a desproporcionalidade de interesses e que tipo de formação que pretende ser almejada.

Em consonância com este argumento, Neira (2018a) reflete sobre os “desequilíbrios nos objetos de conhecimentos” que permeiam a base. O Autor exemplifica esses desequilíbrios ao observar os objetos de: Língua Portuguesa (1º ano) com trinta e dois objetos; Artes (1º ao 5º ano) com doze objetos; Educação Física (1º e 2º ano) com cinco objetos; Matemática (1º ano) com 13 objetos e Ciências (1º ano) com quatro objetos.

Outro aspecto identificado por Neira (2018a) se pauta na supressão das visões críticas que contemplavam alguns componentes curriculares presentes na 1ª e 2ª versão da BNCC e desapareceram na versão homologada, na versão final. Remetemos novamente para a discussão de que tipo de indivíduo e formação se é pretendido neste documento. Revelando assim um conjunto de interesses particulares por parte de quem participou da elaboração do texto da base.

6.3 Posicionamentos sobre a proposta curricular da BNCC

Este bloco teve o propósito de identificar o posicionamento favorável ou desfavorável do professor acerca da BNCC. Para cumprirmos esse objetivo nos valem de quatro perguntas, em que na oportunidade apresentaremos a seguir.

Para a primeira pergunta tivemos a seguinte indagação: Você acha necessário que o Brasil crie e implante a BNCC? Por quê?

Para esta indagação, organizamos as respostas em dois grupos. A primeira refere-se aos professores que defendem a necessidade de criação e implantação da BNCC, sendo um total de oito professores. Identificamos também dois tipos de argumentação que sustentam suas respostas. O primeiro abrange sete argumentos com a justificativa de que a base irá promover a unificação dos conteúdos nas escolas de todo o país e que todos os alunos irão aprender de forma igualitária e o segundo tipo, com o posicionamento de um professor, se deu na justificativa que a Educação Física é importante para o desenvolvimento do aluno. A seguir transcrevemos as repostas dos professores na íntegra:

Porque de certa forma fará com que todos aprendam os mesmos conteúdos, independente do local ou da instituição. (Professor A, setembro de 2017)

Porque só assim, poderá se trabalhar de uma forma uniforme e padronizada os currículos de aprendizagem no âmbito da educação física. (Professor E, setembro de 2017)

Para ter uma igualdade nos conteúdos dos nossos alunos. (Professor B, abril de 2018)

Porque com a BNCC, o Brasil independente da região terá os mesmo conteúdos nos currículos das escolas. (Professor G, abril de 2018)

Porque irá unificar os currículos de todas as escolas públicas do Brasil. (Professor H, abril de 2018)

Acredito que com os mesmos conteúdos o ensino público será melhorado. (Professor I, abril de 2018)

Porque a Educação Física terá uma base para seus conteúdos, independente do local, uniformizando os currículos de Educação Física. (Professor F, abril de 2018)

Para mostrar a importância da Educação Física no desenvolvimento dos alunos. (Professor D, setembro de 2017)

Compartilhando da mesma ideia, Melo (2014) aponta os benefícios de se ter uma base comum, já que de forma legal, todos os alunos terão acesso a determinados conteúdos considerados importantes para a formação e emancipação

do aluno, independente da região. De modo a garantir uma educação de igual para todos, diminuindo as desigualdades existentes, visto que agora todos os alunos terão acesso aos mesmos conteúdos, assegurando a oferta dos conhecimentos considerados fundamentais para os alunos de cada escola brasileira.

Seguindo com a mesma análise, Lima (2018) cita como objetivo da BNCC a garantia que toda criança brasileira, independente de onde ela nasça, possa ter acesso a um conhecimento considerado essencial ao seu desenvolvimento, ou seja, por sermos um país muito diverso e de grande expansão territorial é preciso assegurar que todos os alunos tenham direito a uma educação básica essencial para o seu desenvolvimento. Atribuindo assim transparência ao que deveria ser de fato ensinado como essência em uma escola, sendo que o sentido maior de se ter uma base é ter a clareza no que a criança precisa aprender.

No segundo grupo temos os argumentos contrários à base, dois professores responderam que não, com a prerrogativa de que o sistema educacional brasileiro existe outras necessidades. Esse ponto de reflexão foi defendido por Lopes (2014) em que ela nos indaga sobre se é necessário esse esforço (intelectual, financeiro e de tempo) para a criação e implantação de uma base, ao invés de resolver outros problemas existentes na nossa educação. Ao refletirmos sobre o atual cenário que perpassa a nossa educação, temos que considerar os entraves e obstáculos ocasionados por uma precarização existentes nas escolas públicas em diversas regiões do Brasil, necessitando de amparos que promovam e supram tais carências para que se possa pensar em uma melhoria na nossa educação, afinal proporcionar ambientes e condições adequadas para o desenvolvimento das atividades docentes são passos importantes e essenciais para o processo de formação do indivíduo.

Conforme expresso nas respostas dos professores

Embora ainda não tenha sido aprovada, acredito que a educação num todo tem proposito mais emergentes. (Professor C, setembro de 2017)

O problema da educação brasileiro não está especificamente no currículo. Precisamos de mais investimentos para que as escolas públicas sejam centros de excelências. (Professor J, setembro de 2017)

A segunda pergunta foi composta pela seguinte provocação: Você acha que a BNCC irá promover algum impacto na Educação Brasileira? Por quê?

Nessa pergunta, organizamos as respostas em três grupos. O primeiro grupo com as respostas dos professores com posicionamentos favoráveis à base argumentando que as escolas irão oferecer os mesmos conteúdos. Conforme

Sim, porque igualará os conteúdos para todos os alunos, fará com que todos estudem os mesmos conteúdos. (Professor A, setembro de 2017)

Sim. Porque os alunos irão aprender os mesmos conteúdos, igualmente, independente da região. (Professor B, abril de 2018)

Sim. Porque os currículos serão padronizados e todos os alunos aprenderão os mesmos conteúdos. (Professor F, abril de 2018)

Sim. Porque os alunos irão acessar os mesmos conteúdos, diminuindo as desigualdades nos conteúdos. (Professor G, abril de 2018)

Sim. Porque as escolas terão que se adequar-se aos conteúdos da base. (Professor H, abril de 2018)

Sim. Porque unificará o sistema de ensino em relação aos currículos. (Professor I, abril de 2018)

As respostas acima remetem ao argumento de Melo (2014) de se ter uma igualdade nos conteúdos de forma legal, representados por uma base nacional. Como também há um diálogo com o argumento de Perez (2017), em que a BNCC irá promover um compromisso ético com a aprendizagem para todos e que os professores terão a oportunidade de planejar suas aulas de acordo com as aprendizagens a serem conquistadas na educação básica.

Dando continuidade com a pesquisa, temos o segundo grupo formado por dois professores, um se posicionou com o argumento de que a nossa realidade não esteja preparada para tal política curricular e com isso seja uma política de longo prazo. E o outro professor afirmou não ter conhecimento específico da temática para expressar seu posicionamento. Sobre essa reflexão, os marcos históricos da nossa educação e suas consequências nos ascende realmente um sinal amarelo sobre os resultados dessas políticas, que de certa forma, depende de outros fatores tão importantes quanto. Como expresso nas respostas dos professores

Caso os segmentos em geral, aderirem a essa nova concepção haverá impacto, devido ao longo tempo nessa realidade atual. (Professor E, setembro de 2017)

Na verdade não tenho um conhecimento mais a fundo sobre o tema para tecer uma opinião mais concreta. (Professor D, setembro de 2017)

Em consonância com o argumento apresentado pelo professor acima, trazemos novamente a discussão posta por Lopes (2014) de cuidar primeiramente

de questões que afligem nossa realidade educacional, para assim então avançarmos na nossa educação.

No terceiro grupo temos dois professores que acreditam em impactos negativos para a nossa educação, ocasionados pela implantação da BNCC. Os docentes apresentaram justificativas de que a Educação Física será prejudicada, como também o pensamento crítico dos alunos, conforme exposto

Sim. Retirar a obrigatoriedade da Educação Física do Ensino Médio é inadmissível. (Professor C, setembro de 2017)

Sim. Os cursos técnicos são importantes, porém, não pode deixar de ofertar as disciplinas que formam o pensamento crítico. (Professor J, setembro de 2017)

Fecharmos essa indagação com a reflexão e constatação de que a maioria dos professores pesquisados demonstrando ser positivo quanto aos impactos da base comum na nossa educação, e que a padronização dos conteúdos nas escolas brasileiras é fator favorável para a concretização da proposta curricular. Mas não devemos esquecer também das preocupações exposta pelos professores da “exclusão” de algumas disciplinas ou a não contemplação de forma mais calorosa. Esse ponto foi abordado por Martins *et al* (2018) quando analisa o documento referente ao componente curricular Educação Física no Ensino Médio, em que reflete sobre a pouca importância dado pelo documento, ficando registrado em apenas cinco parágrafos.

Ressaltamos que dentro do atual cenário político e econômico que vive nossa sociedade, é de suma importância uma reflexão dos possíveis impactos que uma política pública educacional traz para a educação brasileira.

A terceira pergunta tenciona os professores com a seguinte indagação: A BNCC deve ser vista como prioridade na política nacional de educação? Por quê?

Organizamos as respostas em dois grupos. O primeiro grupo formado por oito professores que responderam que a BNCC não deve ser vista como prioridade, sendo sete com a justificativa de que há outras necessidades mais urgentes na educação brasileira e um não optou por não justificar sua resposta. Nas palavras dos professores

Porque a educação brasileira tem problemas mais emergentes para ser resolvidos. (Professor A, setembro de 2017)

Porque somente ela não mudará de forma significativa o momento em que vivemos na profissão. (Professor E, setembro de 2017)

Porque do jeito que está sendo elaborada não conseguimos observar perspectiva de melhora. (Professor J, setembro de 2017)

Nós professores não somos reconhecidos pelo governo, precisamos de melhores condições e trabalho e salários dignos. (Professor F, setembro de 2017)

Porque há outros problemas nas escolas que ainda não foram resolvidos. (Professor G, abril de 2018)

Os nossos governantes devem pensar primeiro em quem está diretamente em sala de aula, professor e aluno. (Professor H, abril de 2018)

Porque as atuais condições das escolas – infraestrutura e condições de trabalho – precisam ser melhorados. (Professor I, abril de 2018)

Dentro deste contexto apresentado pelas respostas dos professores, essa indagação gera uma análise bastante peculiar, em que nos faz refletir sobre a existência de um contraste nos argumentos anteriores dos professores, já que nesta pergunta, a maioria respondeu que a BNCC não deve ser vista como prioridade na educação brasileira e no item em que indagamos sobre a necessidade de criação e implantação de uma base comum, a maioria dos professores pesquisados defendem que há sim uma necessidade de criação e implantação da BNCC, demonstrando que embora os professores saibam da existência de outras necessidades, os mesmos seguem historicamente uma cultura de “obediência” que se foi criada, deixando uma dependência de que outros lhe digam o que fazer. O mesmo argumento é apresentado por Lopes (2014) que indaga sobre os investimentos e atenções atribuídas para a base deixando de lado questões mais emergentes e preocupantes da nossa educação.

O segundo grupo foi composto por dois professores que veem a BNCC como prioridade na educação e argumentam os ganhos positivos para a Educação Física em relação a sua importância na educação como também a diminuição das desigualdades existentes, conforme exposto

Porque temos que demonstrar de alguma maneira os aspectos importantes da educação física. (Professor D, setembro de 2017)

Para haver uma diminuição nas desigualdades existentes no nosso país e nas nossas escolas. (Professor B, abril de 2018)

As respostas descritas acima servem para ilustrar um desejo de mudança por parte de alguns professores, embora não haja um consenso no tocante ao que pensam ou no que precisa ser melhorado, seja por viverem realidades distintas ou por falta de diálogo por parte dos protagonistas que atuam na educação.

A quarta e última indagação foi composta pela seguinte pergunta: Você gostaria de tecer algum comentário acerca da BNCC?

Dividimos as respostas obtidas em três grupos. O primeiro com os posicionamentos favoráveis a base. Dentre os quais, sete professores expressaram seus pensamentos, conforme segue abaixo:

Com a implantação da BNCC, se acabasse com a divisão da disciplina entre licenciatura e bacharelado. (Professor E, setembro de 2017)

A base é apenas um passo para evolução da educação no Brasil, é necessário dar continuidade a essas mudanças e não achar que a BNCC irá resolver todos os problemas. (Professor A, setembro de 2017)

A BNCC pode melhorar a educação igualando os conteúdos para todos os alunos, mas depende de como ela irá ser implantada pelos gestores. (Professor F, abril de 2018)

Quando se fala de base, penso que será um avanço igualar os conteúdos. (Professor G, abril de 2018)

Se a BNCC for implantada com responsabilidade e respeito às regiões brasileiras, será de forma positiva. (Professor B, abril de 2018)

Teremos que esperar para ver como a base será implantada. Se for de forma pensada irá contribuir para a educação. (Professor H, abril de 2018)

A base irá ajudar as escolas na elaboração dos currículos, unificando os conteúdos. (Professor I, abril de 2018)

Tais argumentos expressam o que esses professores pensam a respeito da BNCC, com perspectivas de mudanças no atual cenário curricular das escolas públicas, seguindo os pensamentos de professores já citados que corroboram com Melo (2014) defendendo a implantação da base para ter uma unificação dos conteúdos e o direito de acesso a conhecimentos considerados importantes para sua formação.

Para o segundo grupo foi elencado o posicionamento de um professor que pensa sobre a importância de melhorias em outros aspectos da educação, conforme exposto

Que o governo faça suas reformas na Educação de forma que valorize as escolas públicas e não as deixe sucateadas ai como estão. (Professor J, setembro de 2017)

Este argumento nos remete a crítica feita por Lopes (2014) quanto a existências de outras questões de suma importância que devem ser pensadas e trabalhadas antes de iniciar outra etapa, para que se possa então pensar em uma educação mais satisfatória.

O terceiro grupo em que categorizamos foi composto por dois professores que não quiseram comentar sobre a BNCC. O que revela um afastamento por parte desses professores dos seus direitos políticos de participar e acompanhar o que está acontecendo na nossa educação, gerando estranheza e desconfiança com as possíveis mudanças que trará uma política pública educacional desse porte para nossa educação básica.

Diante deste cenário ocasionado por um distanciamento de alguns professores em acompanhar as mudanças que perpassam na nossa educação, é necessário refletirmos sobre o histórico das políticas educacionais que tendem a ser centralizadas e são impostas de cima para baixo, o que releva a intencionalidade de interesses, seja de determinados grupos ou instituições, que permeiam as “entranhas” de tais políticas. Como nos lembra Macedo (2014), apesar de ser ter uma nova LDB, as políticas educacionais seguiram favoráveis à centralização curricular, e que são elaboradas de forma verticalmente e hierarquicamente, inclusive com mecanismos de avaliações para a sua implantação e regulação.

Tais argumentos aparecem na reflexão feita por Neira (2018a) que revela os desdobramentos ocorridos na construção da primeira, segunda e terceira versão da BNCC, ou seja, o que se foi pensado para a primeira versão do documento e alterado devido às inúmeras contribuições na segunda versão, não é mais visto na terceira versão. Essas mudanças são reflexos dos interesses impostos por grupos e instituições que evidencia suas visões de educação que deseja ser almejada. Outro ponto de reflexão se deu através das audiências públicas ocorridas em regiões sedes, fato esse que restringiu as participações ou não abrangeram de forma satisfatória mais posicionamentos necessários de serem ouvidos e debatidos.

A seguir apresentaremos as considerações finais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como principal objetivo conhecer e refletir sobre a BNCC, bem como identificar o estado de conhecimento dos professores de Educação Física acerca da Base Nacional Comum Curricular. Para tanto nos valem de leituras sobre os pressupostos históricos que levaram a culminância de tal documento, como também a leitura dos diversos posicionamentos favoráveis e desfavoráveis à BNCC, feitos por instituições e pessoas ligadas ao setor educacional do nosso país. Contribuindo assim com a discussão sobre essa temática tão importante para o nosso futuro.

Abordamos na pesquisa três blocos que embasaram o nosso estudo. O primeiro: Acompanhamento da proposta e implantação da BNCC; o segundo: O componente curricular Educação Física na BNCC e o terceiro: Posicionamentos sobre a proposta curricular da BNCC.

O estudo revelou que a maioria dos professores pesquisados não acompanhou o processo de construção e implantação da BNCC, como também há um distanciamento por parte da Secretária de Estado e dos Municípios em relação à promoção de debates e informações que permitam aos docentes integrar-se sobre a temática da base, em suas diferentes regiões e peculiaridades. Neste sentido, constatamos que as Secretarias de Educação sejam elas estaduais ou municipais, deveriam ser mais presente para com os debates e difusão das informações das políticas públicas educacionais, e que se possa ser dada a oportunidade de esclarecimento e contribuição para o processo de construção e implantação de uma lei que irá de forma direta afetar nossas atividades laborais.

Dentre os aspectos inerentes ao posicionamento dos professores acerca da base, a pesquisa relevou também que a maioria dos professores pesquisados demonstram posicionamentos favoráveis e que a padronização dos conteúdos é algo bem visto pelos professores de Educação Física.

Porém quando foi perguntado sobre a base ser vista como prioridade na nossa educação foi constatado um contraste em relação às respostas que corroboram com a implantação de uma base comum. Assim entendemos que esse contraste é consequência de uma cultura de se fazer política pública no nosso país

em que nos é imposto a aceitar tal política feitas por interesses particulares, ficando limitada a participação no seu processo de construção.

Outra reflexão bastante pertinente está pautada nas condições de operacionalização das nossas políticas públicas, gerando desconfiança por parte daqueles que de fato irão lidar diretamente com elas, no chão da escola. Muitas das vezes sem ter condições para a operacionalização de forma adequada dessas políticas.

A partir do exposto acima, é necessário que haja pesquisas subsequentes a esta que possa analisar o desenvolvimento de fato da BNCC nos nossos currículos, bem como propor uma reflexão dialogando com os posicionamentos das instituições e professores neste estudo em relação aos anseios que traz esta política pública educacional.

No tocante ao que pensam os professores envolvidos no estudo sobre a BNCC, ficou constatado que os argumentos utilizados pela maioria dos docentes são apresentados com respaldos nas informações que lhes são introduzidas, sendo influenciadas pelas experiências vividas nas mais diversas realidades escolares, e que são geradas expectativas de melhorias para a educação quando lhes são apresentados uma nova política pública. Não esquecendo é claro das ressalvas que gera uma política educacional de tamanha grandeza para a nossa sociedade. E que devemos cada vez mais está participando e exercendo nossa democracia para em conjunto buscar melhorias para as nossas escolas.

Diante do exposto, ressaltamos que não pretendemos com a pesquisa, esgotar a discussão sobre a temática. É de suma importância ficar atento às nossas políticas educacionais, e mais quando se tratar de algo inédito no nosso país como é o caso da base comum, tendo em vista os desdobramentos e mudanças ocasionadas no cenário educacional.

Contudo, esperamos que nossa pesquisa possa contribuir com melhor entendimento acerca dessa proposta curricular que é a Base Nacional Comum Curricular.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular**. 09 de novembro de 2015. Disponível em < http://www.anped.org.br/sites/default/files/researches/Of_cio_01_2015_CNE_BNCC.pdf?_ga=2.255115848.130870958.150707264-995208730.1507072964> Último acesso em: 03 out. 2017

BERTARELLO, Marina; MARIN, Jeferson Dytz. **A realização da democracia através da participação nas políticas públicas**: a afirmação democrática do programa nacional de direito humanos. Revista Estudos Jurídicos UNESP, Franca, A. 14 n. 19, p. 01 – 404, 2010. Disponível em < <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3996947.pdf>> Último acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Congresso. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Congresso. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Congresso. Brasília, DF, 2014. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Documento final**. MEC. Brasília, DF, 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **CONSIDERAÇÕES DA CNTE SOBRE O PROJETO DE BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, ELABORADO PRELIMINARMENTE PELO MEC**. Outubro de 2015. Disponível em < http://www.cnte.org.br/images/stories/2015/BNCC_analise_CNTE.pdf> último acesso em: 03 out. 2017.

FRANKLIN LEÃO, Roberto. Canal Futura. **Base Nacional Comum – Sala Debate – Canal Futura – Parte 01**. Youtube, 23 dez. 2014. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=ioM313JW3ME>> Último acesso em: 03 out. 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **FÓRUM 2016 Prof LUIZ CARLOS DE FREITAS - Tema: Currículo**. Youtube, 12 maio 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Hv9Ro92V7XM>> Último acesso em: 03 out. 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Prof. Luiz Carlos de Freitas expõe os riscos da Base Nacional Comum Curricular**. Youtube, 19 jul 2016. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=nKvngaMZdKk>> Último acesso em: 03 out. 2017.

LIMA, Alessio Costa. Canal Futura. **BNCC Ensino Fundamental – Currículo / Conexão**. Youtube, 20 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RHj9xAXlqRI&t=729s>> Último acesso em: 22 fev. 2019.

LOPES, Alice Casemiro. Canal Futura. **Base Nacional Comum – Sala Debate – Canal Futura – Parte 01. Youtube**, 23 dez. 2014. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=ioM313JW3ME>> Último acesso em: 03 out. 2017.

MACEDO, Eliabeth. **Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014.

MARTINELLI, Telma Adriana Pacifico; *et al.* **A EDUCAÇÃO FÍSICA NA BNCC: concepções e fundamentos políticos e pedagógicos**. Motrivivência, v. 28, n. 48, p. 76-95, setembro/2016. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/21758042.2016v28n48p76>> Último acesso em: 07 fev. 2018.

MARTINS, Raphaell Moreira; *et al.* **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO: análise dos professores de educação física**. Avaliação Educacional – Blog do Freitas. junho/2018. Disponível em <<https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2018/06/parecer-bncc-ensino-mecc81dio.pdf>> Último acesso em: 08 jan. 2019.

MELO, Guiomar de. Canal Futura. **Base Nacional Comum – Sala Debate – Canal Futura – Parte 01. Youtube**, 23 dez. 2014. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=ioM313JW3ME>> Último acesso em: 03 out. 2017.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>> Último acesso em: 05 jan. 2019.

Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Documento preliminar**. MEC. Brasília, DF, 2015.

Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – 2ª versão revista**. MEC. Brasília, DF, 2016.

Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC. Brasília, DF, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf> Último acesso em: 05 jan. 2019.

MORENO, Jean Carlos. **HISTÓRIA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: Déjà vu e novos dilemas no século XXI**. História & Ensino, Londrina, v. 22, n. 1, p. 07-27, jan./jun. 2016

NEIRA, Marcos Garcia; SOUZA JÚNIOR, Marcílio. **A educação física na bncc: procedimentos, concepções e efeitos**. Motrivivência v. 28, n. 48, p. 188-206, setembro/2016

NEIRA, Marcos Garcia. **Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física**. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte. 2018;40(3) p. 215-223. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v40n3/0101-3289-rbce-40-03-0215.pdf>> último acesso em: 15 fev. 2019.

NEIRA, Marcos Garcia. **Análise da BNCC**. GFEF FEUSP. **Youtube**, 19 jun. 2018a. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Oy3Z3gJcvM0>> Último acesso em: 21 fev. 2019

NEVES, Luis José. **Pesquisa qualitativa** – características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração. São Paulo, V. 1, Nº. 3. 2º SEM. 1996. Disponível em < http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf> Último acesso em: 15 fev. 2019.

NICOLETTI, Lucas Portilho; NICOLETTI, Arlete Guisso Scaramuzza Portilho. **A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Física: diálogos necessários e urgentes**. *In*: XI Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Estado de Roraima – SNCT-RR. Boa Vista, Roraima, 2017.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão – GO. UFG, 2011, 72p.: il. Disponível em < https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_Prof_Maxell.pdf> Último acesso em: 15 fev. 2019.

PEREZ, Tereza. **Professor deve ser prioridade**. Disponível em < <https://novaescola.org.br/base/artigo-1.html>> Último acesso em: 03 out. 2017.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, Vozes, 1986, 123p.

SENA, Dianne Cristina Souza de; *et. al.* **A BNCC em discussão na formação continuada de professores de educação física**: um relato de experiência – Natal / RN. *Motrivivência* v. 28, n. 49, p. 227-241, dezembro/2016.

SANTOS, J. A., PARRA FILHO, D. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998.

VERONEZE, Daniela Jessica; *et al.* **Consensos e dissensos entre os parâmetros curriculares nacionais e a base nacional comum curricular**. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades. São Paulo - SP, 13 a 16 de julho de 2016.